

GRANDE ACÇÃO DE REFLORESTAÇÃO NA BEIRA INTERIOR



ESPECIAL
REAL ASSOCIAÇÃO
DE TRÁS-OS-MONTES
E ALTO DOURO



**A EUROPA
EM DEBATE**

FOTOGRAFIA ©Nuno ALBUQUERQUE

ENSAIO
**PLANO NACIONAL DA MENTIRA OU
A CONTRAFACÇÃO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL**
POR JOÃO VACAS



ENTREVISTA

Teresa Corte Real

“O problema dos programas do Ministério da Educação vai muito para além da questão do 5 de Outubro, é muito mais fundo e transversal a outras disciplinas. Têm uma alta carga ideológica e não promovem o pensamento crítico.”



CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI

É irónico constatar como a teoria da Hegemonia Cultural (burguesa), que celebrizou o dirigente e intelectual comunista italiano Gramsci (1891-1937) e o projectou no campo da Ciência Política mais ao seu conceito de “superestrutura” (a ideologia, constituída pelas instituições, sistemas de ideias, doutrinas e crenças de uma sociedade), está, nos nossos dias, impregnada de uma indelével chancela marxista. De facto, hoje o marxismo domina a narrativa cultural e é facilmente detectável desde as produções intelectuais de massas (o chamado *Soft Power*, que se expressa pelo cinema, pelo jornalismo ou pela música pop) aos programas escolares em geral, de forma mais marcante nos ciclos de ensino mais precoce, principalmente nas disciplinas ligadas à História e às Ciências Humanas. É curioso verificar como, de uma forma ardilosa, as últimas gerações, nascidas nas prósperas democracias liberais, cresceram sob um padrão ideológico que cultiva o ressentimento social e o igualitarismo, por vezes fanático, promovendo uma tensão brutal e desequilibradora que apouca e condiciona o valor em disputa, que é o da Liberdade. A Liberdade de cada homem ou mulher se afirmar em plena autonomia psicológica e intelectual, de aprender a superar-se e fazer escolhas reflectidas e morais que não projectem sistematicamente para fora de si a responsabilidade dos seus falhanços. Foi graças a essa Liberdade que o Ocidente se afirmou no mundo.

Vem isto a propósito de um oportuno artigo, “Plano Nacional da Mentira”, da autoria de João Vacas e publicada neste número, em que se analisa e denuncia a forma despidorada como é semeado o preconceito e leccionada a mentira. O modo como a História é ensinada às nossas crianças corresponde a uma forma de submissão mental

que é plantada a jusante na capacidade crítica das novas gerações... apesar da proclamada liberdade de expressão que corre o risco de vir a ser um mero formalismo à medida que o pensamento único vai alargando a sua hegemonia.

Como dizia um amigo meu há dias, talvez a Escola se devesse limitar a ensinar Matemática, Filosofia e Latim. Concordo: era da forma que o Estado poupava muito trabalho aos pais que se vêem obrigados, todos os dias em casa, a desmontar os clichés e preconceitos que os miúdos aprendem e desafiá-los a pensarem pelas suas cabeças ministrando-lhes um pouco de verdade. Talvez dessa forma se estragassem menos famílias.

Uma nota final sobre a capa deste número, com uma magnífica fotografia de Nuno

Albuquerque Gaspar, plena de simbolismo. Foi tirada durante uma acção de reflorestação organizada pela Real Associação da Beira Interior e apoiada pela direcção da Causa Real e pela Juventude Monárquica, que envolveu à volta do Príncipe da Beira as forças vivas da região (ver crónica na página 17): ela simboliza também a tarefa hercúlea que se espera de todos nós para, perante o incêndio da propaganda republicana que lavra há mais de cem anos, sem esmorecer, no dia-a-dia das nossas vidas, replantar sempre que possível, paulatina e pacientemente, um pouco de verdade no espaço público. Como acto de justiça que é, ela florescerá viçosa no coração dos portugueses que, apesar da “terra queimada”, continuam a acarinhar a Família Real Portuguesa e a ideia de um Portugal com quase novecentos anos de História.

João Távora,
Director e presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa



O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.
1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a sexta-feira,
das 11 às 14 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: secretariado@reallisboa.pt

Todos os números do boletim em pdf em:
www.causareal.pt

Real Associação de Lisboa



CORREIO REAL

Direcção e coordenação: João Távora
Redacção: Diogo Tomás, Leonor Martins de Carvalho, João Távora, João Vacas, Tomás Moreira, Carlota Cambournac (revisão final)

Design e edição: Madalena Pestana

Fotografia: ©Nuno de Albuquerque

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2250 exemplares

Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho, artigo 12º, nº1 alínea a)



Teresa Côrte-Real
Presidente da Causa Real

EDITORIAL



CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

Escreveu Henrique Barrilero Ruas que “a humanidade de hoje tem necessidade de tomar consciência dos valores políticos, integrados num verdadeiro humanismo.” É esse o sentido que devemos dar à nossa acção enquanto monárquicos, porque é de espírito de missão que se trata.

Temos de ser actuaentes na defesa dos valores que caracterizam e distinguem Portugal e temos de ser capazes de demonstrar aos portugueses que ainda não pensam como nós que a melhor forma de os afirmar na Europa e no Mundo será com um sistema Monárquico de Chefia de Estado no nosso país. Porque é nele que está o capital de coesão, de liderança e de identidade nacional de que precisamos. E é dessa força que necessita cada vez mais esta Europa em que crescem os extremismos e a quem alguns querem retirar as referências que nos trouxeram até aqui. Orgulhosos do nosso passado, conscientes do nosso presente e construtores de um futuro em que estejam presentes os princípios básicos do respeito pela dignidade do Ser Humano.

Esta militância e esta tomada de consciência dos valores políticos deve também expressar-se no cumprimento do nosso dever cívico de votar nos dois actos

Temos de ser actuaentes na defesa dos valores que caracterizam e distinguem Portugal e temos de ser capazes de demonstrar aos portugueses que ainda não pensam como nós que a melhor forma de os afirmar na Europa e no Mundo será com um sistema Monárquico de Chefia de Estado

eleitorais que teremos neste ano de 2019. Somos um movimento suprapartidário mas não nos devemos abster de participar activamente nas escolhas políticas que irão definir os próximos anos em Portugal e na União Europeia.

É importante contribuir com as nossas ideias para temas como a preservação do meio ambiente, as migrações, a coesão territorial, a demografia e a natalidade, a ligação ao mundo

lusíada entre tantos outros que irão ser decisivos para as próximas gerações.

Numa época em que cresce a falta de confiança no sistema político tal como ele está organizado, em que os cidadãos se sentem cada vez menos represen-

tados, queremos e devemos afirmar o Rei, na pessoa do Senhor Dom Duarte de Bragança, como consciência crítica e reserva da comunidade nacional.

E para isso precisamos de actuar a uma só voz, simpatizantes, militantes e dirigentes, cooperando e trabalhando para o todo que mais não é que a defesa do Ideal Monárquico e de Portugal.

19

ÍNDICE

4 ENSAIO

- O Plano Nacional da Mentira ou a contrafação da História de Portugal
- JOÃO VACAS

7 ENTREVISTA

- A Teresa Côrte-Real • JOÃO TÁVORA

10 OPINIÃO E DEBATE

- Eleições para o Parlamento Europeu: o alinhamento português que ninguém quer fazer • MIGUEL CASTELO-BRANCO
- Eleições para o Parlamento Europeu: Defender os interesses de Portugal • JOÃO VACAS

14 NOVOS SÓCIOS

- Luís Soveral Varella

15 ENTREVISTA

- Filipe Ribeiro de Menezes • NUNO MIGUEL GUEDES

17 ACTUALIDADE

- A Beira reforestada pelo seu Príncipe • DIOGO TOMÁS PEREIRA

19 A VOZ DAS REAIS ASSOCIAÇÕES

- Real Associação de Trás-Os-Montes e Alto Douro

21 NOTICIÁRIO

- S.A.R. Dom Duarte Pio de Bragança concede título honorário da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa à Liga dos Combatentes • Petição sobre Protocolo do Estado entregue na Assembleia da República • Notícias das Reais Associações

31 BIBLIOTECA

- A Ordem Militar de Avis revisitada (1515-38). Um alheado entardecer • VASCO ROSA

34 NOTÍCIAS DA FUNDAÇÃO D. MANUEL II

O Plano Nacional da Mentira ou a c

Por João Vacas

O Plano Nacional de Leitura advoga «a assunção da leitura como prioridade política, tomando esta competência como básica para o acesso plural ao conhecimento e ao enriquecimento cultural.» Se há que saudar a atribuição de semelhante prioridade pública à promoção da leitura, lamenta-se que relevância idêntica não seja atribuída à verdade contida nos livros recomendados, sobretudo nos dirigidos ao público infantil.

Compulsado o seu catálogo, torna-se evidente que o PNL propõe que sejam lidas publicações que integram informações consabidamente erradas, eventualmente animado pela necessidade de, em obediência ao pluralismo, dar o mesmo peso ao verdadeiro e ao que é rotundamente falso. Por muito que este método e esta visão da pluralidade de opinião possam tentar os relativistas de serviço – que sempre os há – não parece aceitável que a anunciada preocupação com o conhecimento seja secundarizada e a chancela do PNL possa ser aposta em livros que veiculam informações distorcidas sobre períodos concretos da nossa história.

Veja-se, a título de exemplo, o livro para crianças *Espreita a História de Portugal* da autoria de José Jorge Letria que, numa das páginas dedicadas à queda da monarquia, afirma que «A maioria da população ansiava pela mudança do regime»¹ quando qualquer aprendiz de historiador sabe que esta afirmação é falsa. Não verdadeira. Pouco rigorosa. Inexacta. Imprecisa. Tendenciosa. Equívoca.

O carácter ultraminoritário, social e geograficamente circunscrito, do republicanismo no Portugal de 1910 é hoje amplamente aceite. A esse propósito, Vasco Pulido Valente recorda que «Pouco depois do 5 de Outubro António José de Almeida perguntou, melodramaticamente, se 300 000 republicanos chegavam para manter em respeito 5 milhões de portugueses. A pergunta era boa, sobretudo porque, na melhor das hipóteses, os republicanos não passavam de 100 000.» e que «A 20 km de Lisboa e a 10 km do Porto os republicanos rareavam. A 50 km só se encontravam por acaso.»² Fernando Rosas, cuja desafeição pelo ideal monárquico é sobejamente conhecida, afirma que a República nasceu «política e

socialmente cercada»³ e que esta se mostrou incapaz de romper o cerco.

É difícil compreender por que motivo os manuais de apoio ao ensino da História não acompanham o crescente rigor historiográfico que, despido de paixões, vem procurando transmitir uma imagem mais nítida da Monarquia Constitucional e da Primeira República e por que razão continuam a veicular mensagens pouco verdadeiras daqueles períodos.

É dispensável, porque seria fastidioso, alargar a lista de autores que secundam estas interpretações, vencido que foi o assédio que a historiografia de pendor hagiográfico da Primeira República montou à verdade na tentativa vã de transmutar um período particularmente penoso da vida colectiva nacional num tempo redentor que teria sido abrupta e injustamente interrompido pela brutalidade obscurantista e irracional do 28 de Maio de 1926.

Se não se afigura crível que José Jorge Letria pudesse ser capaz de adoptar quanto à Primeira República a mesma atitude condenatória assumida pelo também republicano Vasco Graça Moura, que a caracterizou lhanamente como «um monumento de ignomínia», é-lhe exigível um nível mínimo de rigor histórico. E o último período da monarquia constitucional é de tal modo passível de críticas que mal se compreende por que motivo as preteriu em favor da propalação de uma falsidade óbvia.

Fosse José Jorge Letria um vulgar charlatão e *Espreita a História de Portugal* poderia ser remetido para o lugar insalubre onde moram os livros imprestáveis, condenados a regressar à pasta de papel de onde vieram sem outro luzimento que o da sua triste existência. Mas uma consulta à biografia e à profusa bibliografia do autor, múltiplas vezes premiado,

recomendam outro tipo de atenção e interesse e um grau maior de exigência. Nenhuma das alternativas sobre o seu comportamento é particularmente lisonjeira: ou Letria mente e sabe que mente quando escreve ou é inaceitavelmente ignorante sobre aquilo que escreve.

A circunstância de uma obra alegadamente didáctica conter um erro grosseiro não parece ter demovido os responsáveis do PNL no momento de a considerarem capaz de “enriquecer culturalmente” os pequenos leitores. Assim sendo, é lícito perguntar por que motivo o Plano Nacional de Leitura difunde e propõe a leitura de obras que veiculam informações falsas. E a resposta provável (e mais triste) é que ninguém tenha dado por isso. Parece assim certa a afirmação atribuída a Lenine de que a mentira repetida vezes suficientes se torna verdade.

Dir-se-á que se trata de uma frase, apenas de uma frase, e que esta não deve servir para desqualificar

1 . LETRIA, José Jorge, *Espreita a História de Portugal*, Porto Editora, 2015

2 . VALENTE, Vasco Pulido, “Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política)” in *Análise Social*, vol. XXVII (115), 1992 (1.º), 7-63, pp. 7 e 8.

3 . ROSAS, Fernando, *A Primeira República – como venceu e porque se perdeu*, Bertrand Editora, 2018, p. 153.

Contrafacção da História de Portugal



um livro inteiro ou quem o escreveu. Mas todas as palavras contam, como muito bem sabem (ou têm obrigação de saber) os autores mais publicados e agraciados. Se estes faltam à verdade numa que seja – sobretudo se essa acção for animada por motivações ideológicas - não devem ser eximidos de responsabilização, nem inibido o justo apelo à retirada da lista dos livros oficialmente recomendados de um que contenha informações erróneas. Que os leia quem quiser, mas que a mensagem autoral não seja reforçada pela autoridade do Estado. E, sobretudo, que os alunos sejam colocados perante informação adequada à sua idade que seja exacta e procure ser verdadeira, que os interpele, convoque o seu espírito crítico e respeite a sua inteligência.

A mesma informação equívoca sobre o apoio (minoritário, sublinha-se uma vez mais) da população ao republicanismo pode ser encontrada em *Era uma vez...*, manual para alunos do 6.º ano, de Marília

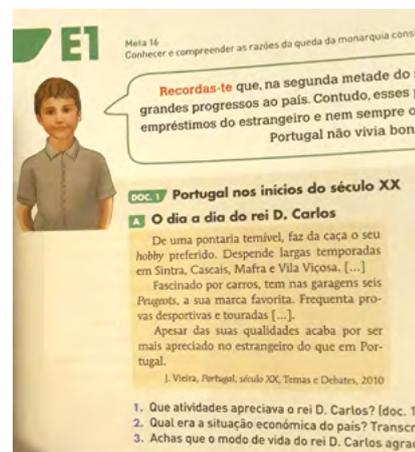
Gago e Paula Marinho com a consultoria científica do Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa (raiz Editora), no qual, sob o título “A queda da monarquia: a força dos republicanos”, se afirma «Era uma vez... o rei D. Carlos e o Governo que cederam às exigências do Reino Unido. A maioria da população, descontente,

apoiou os republicanos contra a postura da monarquia.»⁴ e «Os portugueses estavam muito descontentes com o rei e com o regime monárquico.»⁵ Ao misturar a reacção popular ao Ultimato (de 1890) com o apoio “dos portugueses” ao fim do regime, *Era*

uma vez... contribui mais para confundir os leitores que para os esclarecer.

Outro exemplo do modo distorcer como se procura ensinar o que causou a queda da monarquia constitucional está presente no livro *HGP em Ação - História e Geografia de Portugal* de Fátima Costa, António Marques e Cláudia Pinto Ribeiro (para o 6.º ano, da Porto Editora) em que se explica que, entre outras razões, «o descontentamento da população era grande» porque «o rei e a família real gastavam muito dinheiro do reino», «aqueles que já eram pobres (...) estavam cada vez mais pobres»⁶. Ali descreve-se «O dia a dia do rei D. Carlos» como uma sucessão de festas, actividades desportivas e férias⁷ e explica-se mesmo que a forma de governo republicana «parecia fazer mais sentido, numa época em que o rei nem sempre dava provas de ter as capacidades necessárias para dirigir o país.»⁸ Parecia? A quem? Essa resposta nunca é dada.

Em *Viagens no tempo*, também dirigido ao 6.º ano, da autoria de Armando José Santos, Joana Cirne e Marília Henriques e revisão científica de António Barros Cardoso (Areal editores), equiparam-se «O dinheiro que D. Carlos e a família real gastavam e os elevados empréstimos pedidos ao estrangeiro pelo Governo português, para financiar a modernização do reino» como os factores que «obrigaram a constantes aumentos de impostos e a um agravamento



4 . Op. cit. p. 102.

5 . Op. cit. p. 103

6 . Op. cit. p. 103.

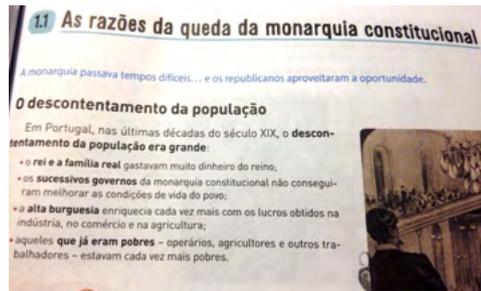
7 . Op. cit. p. 102.

8 . Op. cit. p. 105.

das já difíceis condições de vida da população.»⁹

Se é verdade que as respostas e a informação a veicular devem ser adequadas à idade dos seus destinatários, este esforço necessário de simplificação não deve ser usado para acobertar explicações simplórias, inexatas e tendenciosas. A infância do público não justifica a infantilização dos argumentos e muito menos a sua redução a visões primárias e ahistóricas do que eram e como funcionavam as monarquias constitucionais no princípio do século XX.

Difícilmente se imagina que os autores que traçaram semelhante cenário para o fim da monarquia pudessem dizer que a queda da Primeira República se ficara a dever a que “os pobres continuavam a estar cada vez mais pobres”. Seria impossível encontrar nos mesmos livros uma tentativa de



É lícito perguntar por que motivo o Plano Nacional de Leitura difunde e propõe a leitura de obras que veiculam informações falsas. E a resposta provável (e mais triste) é que ninguém tenha dado por isso.

transmissão, ainda que de modo simplificado, do argumento, aduzido por Fernando Rosas, de que a República do Partido Republicano Português «Vai privilegiar, quase em exclusivo, a sobrevivência à vista, isto é, garantida através da adopção de sistemas eleitorais restritivos, da manipulação eleitoral, da mobilização da «rua» contra os

seus adversários quando necessário, da repressão sem quartel contra o movimento sindical, com a preocupação central de agradar às «forças vivas» e de neutralizar o exército.»¹⁰

Ao invés, os alunos são confrontados com excertos de propaganda republicana sem que esta mereça aos autores dos diversos manuais particular contextualização ou juízo crítico. Dir-se-ia

que, no tocante aos períodos imediatamente anterior e posterior à implantação da República, a validade histórica é conferida pelo fervor proclamatório dos vencedores sendo os vencidos condenados à caracterização grotescamente caricatural dos primeiros.

É difícil compreender por que motivo os manuais de apoio ao ensino da História não acompanham o crescente rigor historiográfico que, despido de paixões, vem procurando transmitir uma imagem mais nítida da Monarquia Constitucional e da Primeira República e por que razão continuam a veicular mensagens pouco verdadeiras daqueles períodos.

A verificação de que assim é e a constatação da dualidade de critérios e da absurda tolerância para com um regime que a não mereceu, pese embora todas as proclamações em contrário e as justificações comprometidas com o seu ideário jacobinizante, não deixam de ser inquietantes e fazem temer pela formação dos alunos de 11/12 anos sujeitos a semelhantes desinformação e acriticismo parcelar. É exigível mais rigor e mais verdade, e menos cedência a lugares-comuns e a marxismos de ocasião que, numa sempre oportuna confusão entre poder e autoridade, tendem a reflectir um olhar positivo sobre qualquer revolução ou insurreição que evoque vagamente a luta de classes.

Enquanto convidam os mais novos a espreitar a História de Portugal, livros constantes do Plano Nacional da Leitura e manuais recomendados para o ensino obrigatório tapam-lhes os olhos. O resultado está à vista.

¹⁰ . ROSAS, Fernando, op. cit.

⁹ . Op. cit. p. 108.



ENTREVISTA A

Teresa Côrte-Real:

«É verdade que durante algum tempo este foi um movimento com uma alta percentagem de homens em cargos directivos, mas hoje já não é assim.»

Entrevista coordenada por João Távora

Eleita presidente da direcção da Causa Real no XXIV Congresso da Causa Real realizado em Outubro último em Rio Maior, Teresa Côrte-Real é professora em Lisboa e mãe de 3 filhos. Formada em Relações Internacionais, pertenceu à direcção da Real Associação de Lisboa e foi responsável pelo Projecto Educar da Causa Real.



É a primeira mulher presidente da Causa Real. Qual o significado?

Percebo que possa ter algum simbolismo, mas parece-me perfeitamente natural que assim seja. É uma questão que não se põe dentro do movimento. Como já disse anteriormente, sou completamente contra a questão das quotas e a todos os níveis. A sua aceitação implica, isso sim, uma discriminação. Interessa a competência, não o ser homem ou mulher.

Não acha que há poucas mulheres envolvidas na direcção da Causa e no movimento monárquico em geral? A que se deve este facto? E como pode ser invertido?

É verdade que durante algum tempo este foi um movimento com uma alta percentagem de homens em cargos directivos, mas hoje já não é assim. Temos duas Reais Associações presididas por mulheres e muitas outras ocupam cargos em todo o país, nomeadamente na Juventude Monárquica. É uma questão de tempo, como noutros casos.

Qual o ponto de situação do movimento em Portugal?

Foi recentemente criada a Real Associação de São Miguel, com uma missão claramente ligada às causas ambientais e de coesão territorial, que demonstra o que tem de ser feito. Há alguma estagnação ao nível de associados e há uma reorganização territorial que é preciso fazer para estarmos mais próximos das pessoas. Quanto ao nível de simpatizantes ele tem vindo a crescer e prova disso são os números crescentes de seguidores nas nossas páginas nas redes sociais.

É muito importante criar uma maior unidade na acção e na mensagem que é transmitida.

Há algumas figuras públicas reconhecidamente monárquicas. O que considera necessário fazer para atrair essas personalidades para uma maior intervenção e militância?

Há muitos que já o fazem e em diferentes campos. A não militância estará directamente relacionada com agendas pessoais que não passam por uma participação mais activa no movimento e pela consciência de cada um.

Quais as linhas orientadoras para o seu mandato?

Há um grande objectivo que é o de demonstrar a actualidade do sistema monárquico de chefia de estado e a mais valia que pode trazer a Portugal. É fundamental comunicar com todos, indo para além do debate teórico República/ Monarquia. Como dizia na moção que ganhou o congresso “Temos que virar a nossa acção para fora, explorando o capital único ao

nível da coesão social e da identidade portuguesa que a Monarquia representa para nos aproximar de causas que são de todos e que nos garantem enquanto comunidade. De nada serve explicar as diferenças de um regime face ao outro se os portugueses não tiverem a percepção dessa mesma diferença no seu dia a dia. Só com essa mudança de paradigma se pode pretender aumentar a nossa base social de apoio.”

Há assim duas áreas fundamentais de actuação: a soberania nacional (afirmação das instituições fundamentais na nossa sociedade, respeito pelo Estado de Direito, representação política e importância da independência da chefia de Estado, etc) e a unidade e coesão social (com foco inicial na reabilitação do mundo rural e do interior e depois na dimensão marítima e atlântica).

Está prevista alguma iniciativa emblemática?

Estão previstas algumas acções nas áreas que anteriormente referi que estão a ser trabalhadas e que a seu tempo serão conhecidas. Os 200 anos da Revolução Liberal serão com toda a certeza uma excelente ocasião para reflectirmos sobre os temas da soberania, do Estado de Direito, da democracia e da representação política, por exemplo.

Como será feita a articulação com as Reais Associações?

A articulação formal será sempre feita com base no que está previsto nos Estatutos, mas pretendemos ter uma abordagem mais

próxima, estando mais presentes nas actividades que vão sendo realizadas e promovendo a cooperação entre todos. A itinerância das reuniões da Direcção Nacional pelas diferentes Reais pretende também simbolizar isso. Há um só movimento, que tem de estar coordenado e falar a uma só voz.

Qual a sua opinião sobre o papel do presidente Marcelo Rebelo de Sousa? A sua actuação pode potenciar a necessidade da alternativa monárquica?

Como o Senhor Dom Duarte diz muitas vezes, o actual Presidente da República assume o seu papel tendo como modelo o papel de um Rei constitucional. Só que esse papel nunca pode ser completo porque lhe falta a imparcialidade e o capital natural de ligação entre passado, presente e futuro que só um Rei pode ter e que nós temos o dever de realçar. Há ainda muitas pessoas que vêm a Monarquia como algo limitador das liberdades individuais e da Democracia; é fundamental desmistificar esse preconceito, reforçando também o seu papel de defesa dos interesses do todo, do bem comum a uma comunidade,

do carácter identitário de um povo.

Todas estas questões ganham ainda mais relevância quando pensamos no actual quadro europeu.

Qual o papel do ideal monárquico face a movimentos e tendências desagregadoras como os que temos vindo a conhecer recentemente na Europa, tais como diversos tipos de extremismos, Brexit, etc.?

Em primeiro lugar, não confundamos Brexit com fenómenos extremistas ou com fenómenos desagregadores. Pelo contrário, vejo-o como uma resposta a uma corrente globalista que pretende, a pouco e pouco, ir descaracterizando a identidade do estado-nação e que é, essa sim, desagregadora. O ideal monárquico tem na sua base um carácter inclusivo e identitário, pelo que ganhará força nos próximos anos na Europa, principalmente nos países onde estas questões mais se colocam. O que está em causa é a soberania dos Estados e a questão da representação política. Pensemos em Espanha e na resposta inequívoca de unidade e de respeito pelo Estado de Direito dada por Felipe VI depois do resultado do referendo da Catalunha, por exemplo. Ou no Rei dos Belgas, cujo papel tem sido fundamental para alcançar consensos, por vezes quase impossíveis, entre as diferentes comunidades que compõem o Estado belga. O Sistema Monárquico de Chefia de Estado torna-se cada vez mais relevante como forma ou instrumento de defesa dos valores que identificam as comunidades, numa lógica soberanista, diferente da nacionalista.

SAR o Príncipe da Beira tem vindo a participar em algumas iniciativas do movimento monárquico. Está previsto que esta participação se mantenha e mesmo se reforce, bem como que também passem a intervir publicamente os Senhores Infantes, seus irmãos?

O Senhor Dom Afonso, assim como Seus Irmãos têm vindo desde sempre a estar presentes em actividades do movimento monárquico, ainda que acompanhados por Seus pais. O que está a acontecer é que, de uma forma gradual, e tendo sempre em conta as exigências da formação académica de cada um e a vontade do Senhor Dom Duarte e da Senhora Dona Isabel, passam agora a fazê-lo de forma mais autónoma ou em representação dos Seus pais, apoiando causas ou projectos que lhes são mais próximos. Devo dizer que foi com grande emoção que vi o Senhor Dom Afonso tão empenhado no esforço de reforestação das serras da Estrela e da Gardunha, que sei ser genuíno e que desde cedo lhe foi inculcado por seus pais.

Os programas e manuais de História do Ministério da Educação para os mais novos estão peçados de mensagens preconceituosas e clichês enganadores quanto ao período da passagem da monarquia constitucional para a república. Como professora, qual acha que deveria ser a intervenção dos monárquicos quanto ao tema?

O problema dos programas do Ministério da Educação vai muito para além da questão do 5 de Outubro, é muito mais fundo e transversal a outras disciplinas. Têm uma alta carga ideológica e não promovem o pensamento crítico, o que terá (ou já está a ter) consequências graves na nossa sociedade. Enquanto monárquicos temos de ser capazes de promover esse debate e essa consciencialização sob pena de nos ficarmos sempre pelo passado. Claro que é importante denunciar esses casos, mas não nos devemos ficar por aí. Há outros pontos, como os da ideologia de género ou do globalismo, por exemplo, que põem em causa valores estruturantes da nossa sociedade e onde temos de ser vozes actantes na defesa do que somos. Isto para além das questões da portugalidade, ou da dimensão portuguesa no mundo, que tendem, também elas, a ser preteridas.

Qual a sua maior ambição como líder do movimento monárquico em Portugal? Qual a marca e herança que quer deixar?

A marca ou a herança que quero deixar é a mesma que me fez avançar para a presidência: contribuir para a valorização e divulgação do ideal monárquico como modelo agregador da sociedade portuguesa e dos valores a ela associados. Fazer pensar sobre o que queremos para o nosso país, demonstrando que os monárquicos são antes de tudo portugueses empenhados no futuro da Causa Maior que é Portugal.



ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU:

O ALINHAMENTO PORTUGUÊS QUE NINGUÉM QUER FAZER

MIGUEL CASTELO-BRANCO



Parece que as eleições para o Parlamento Europeu se realizam dentro de semanas. Por mais que tentemos compreender a finalidade de tal ajuntamento multitudinário de políticos pagos regiamente para fazer pouco mais do que legislar torrencialmente, ainda não conseguimos lobrigar a utilidade de tal órgão, pois tanta azáfama parece esconder o imenso vazio. A EU não tem um rumo, uma ideia mobilizadora, como também não tem liderança. A Europa da União é um caos que só se explica pelos imensos privilégios que foi argamassando, distribuindo e mantendo. A União é um aquário. Vive fora do mundo, da vida e do quotidiano das pátrias, das sociedades e das pessoas. Como um deus louco, vai produzindo torrentes de papel, animando debates que ninguém segue e ficcionando uma união que só se explica pela indiferença que lhe votam os centos de milhões de europeus.

Hoje, a Europa é aquele Petit Julien de 60 cm a verter torrencialmente decretos, decisões, regulamentos e directivas sobre a dimensão do carapau, a percentagem de sebo dos champôs, as compatibilidades electromagnéticas das máquinas de barbear, a segurança dos brinquedos, as medidas preventivas contra a febre aftosa, a dimensão das seringas e outras coisas da mais alta relevância. Uma Europa de funcionários rendendo culto ao positivismo de contabilidade, sem sonho e sem luz, uma Europa que se esconde por detrás das gestões, dos marketings, das estatísticas sem estadística, das finanças sem Economia, da política pequena sem Política. É uma pena, mas é a realidade que teima em cobrir de ridículo a Europa. E Bruxelas enfia como uma luva a imagem desta Europa que já não quer, já não pode e já não manda. Ali fala-se de tudo, em todas as línguas. Mau sinal, pois em Roma, do Tejo ao Eufrates falava-se o latim e entendia-se o mundo conhecendo Horácio, e quando chegava a ordem de Roma, essa era compreendida por todos os cidadãos do império. Hoje não há ordens porque não há autoridade, e se as há, para além da torrente de decretos que encontram risos escancarados da Escócia à Sicília, nunca serão aplicados porque falta

A EU não tem um rumo, uma ideia mobilizadora, como também não tem liderança. A Europa da União é um caos que só se explica pelos imensos privilégios que foi argamassando, distribuindo e mantendo.

à Europa uma ideia, um sonho e um objectivo.

A Europa dita da União apresenta-se-nos como uma soberba moldura inscrevendo a ausência de uma tela, uma bela encadernação sem miolo, um rico serviço de mesa sem refeição, uma partitura sem músicos. É uma construção nascida de genuínas boas-vontades, mas falta-lhe a razão integradora e o sentimento unificador. A Europa, tal como nos foi servida, duplica a visão que os burocratas, os homens dos dossiers e os tecno-juristas têm do real: esquemático, funcional como uma maquineta, previsível e sujeito a intervenções correctivas. É a síntese do pior Iluminismo, do mais pobre voluntarismo, da engenharia e da especialização, secções menores do Positivismo. De fora ficaram aquelas realidades rebeldes que são, no fundo, os agentes determinantes da especificidade europeia: nacionalidade, cristianidade e humildade filosófica, mãe da aventura da especulação.

Seguindo com a atenção exigida as propostas para as Europeias, por mais que se procure, ali não encontramos uma só ideia de Portugal, e a ideia de Europa ali prevalecente não pode ser a nossa, pois não é a de Portugal na Europa, mas a de um quase servilismo perante tudo quanto nos diminui: a minimização e até ridicularização do Estado nacional, a transferência do que ainda remanesce da soberania, a exaltação do centralismo burocrático, da codificação e da falácia da “cidadania europeia”, o corte radical com qualquer possibilidade de voltar atrás. Dir-se-ia que se transferiu de Portugal para a Europa a lealdade essencial, e que os objectivos nacionais permanentes desapareceram para darem lugar à defesa de uma lógica geopolítica que foi, é e será sempre contrária ao interesse nacional. Há quem, por seguidismo partidário, pensando o contrário daquilo que diz, sentindo o oposto daquilo que se repete ad nauseam, se dispõe a fazer campanha por

CONTINUA NA PÁG. 12



ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU: DEFENDER OS INTERESSES DE PORTUGAL

JOÃO VACAS

Escrevo antes do dia 26 de Maio, data em que os eleitores portugueses serão chamados a eleger os seus deputados ao Parlamento Europeu. Esta é uma eleição nacional e não uma eleição europeia: destina-se a eleger representantes dos portugueses. Parecerá uma minudência, mas devem ser contrariadas as designações “eleições europeias” e “eurodeputados” que não apenas confundem o eleitorado como subvertem a realidade. O parágrafo 281 do Acórdão do Tribunal Constitucional alemão sobre o Tratado de Lisboa de 30 de Junho de 2009 é bastante claro quanto a esta diferença fundamental: «o Parlamento Europeu não é um órgão representativo de um povo europeu soberano. Isso reflecte-se no facto de que ele é projectado como uma representação dos povos nos respectivos contingentes nacionais dos Estados-Membros e não como uma representação dos cidadãos da União, na unidade sem diferenciação, de acordo com o princípio da igualdade eleitoral».

Face aos actos eleitorais anteriores, é justo reconhecer que as expectativas quanto ao sucesso das eleições são muito baixas, senão inexistentes. Antecipa-se uma elevada taxa de abstenção e a continuidade do desinteresse generalizado quanto às questões europeias. A condição de “segunda ordem” que políticos e opinião publicada lhe conferem e a natural dificuldade de compreensão de um sistema político complexo concorrem para que o eleitorado relute em atribuir-lhe importância efectiva. Este facto não deixa de ser paradoxal face ao crescente reforço de competências do Parlamento Europeu, convertido não apenas em co-legislador e detentor de poder orçamental, mas em elemento essencial do processo tendente à eleição do Presidente da Comissão Europeia, e recomendaria que os portugueses, por via dos partidos, procurassem escolher criticamente os melhores dos seus parlamentares para os representar.

À pergunta por que motivo tal não acontece,

eurofílicos e eurofóbicos - sublinhando ambos que o Parlamento Europeu não é uma verdadeira assembleia parlamentar - divergem sobretudo na solução para o problema: “aprofunde-se!”, apregoam uns, “extinga-se!”, reclamam outros. Por muito tentadoras que estas soluções pareçam, nenhuma se afigura particularmente relevante, interessante ou mesmo exequível à luz dos Tratados que livremente vinculam os Estados-Membros. Recorde-se, a este propósito, que a opção europeia não é um exclusivo da III República portuguesa tendo começado a ser trilhada ainda durante o Estado Novo a título complementar da ultramarina.

Tanto os principais detractores da União Europeia como os seus entusiastas mais apaixonados convergem na ausência de cariz mobilizador ou transcendente deste objecto político não-identificado e, quer uns, quer outros, não resistem à tentação de o comparar com os Estados, em particular com os Estados-Nação. Enquanto os primeiros se

afanam a denunciar a menor ligação e lealdade dos cidadãos para com a União e se ufam na exaltação das virtudes de tudo o que é nacional – é inevitável recordar neste momento um certo anúncio a massas e bolachas -, os segundos afanam-se na promoção e fabricação artificiais de uma nacionalidade pan-europeia e ufam-se na auto-avaliação de vanguarda esclarecida que modestamente atribuem a si próprios. Se o recurso à caricatura é tentador – e não há instituições políticas mais expostas à caricatura que os parlamentos –, a realidade é significativamente mais complexa (e aborrecida) que o habitual elencar de decisões europeias, mais ou menos técnicas, mais ou menos patuscas, muitas vezes míticas e quase sempre ridículas, para justificar saídas abruptas ou avanços desenfreados.

A circunstância de a União ter adquirido personalidade jurídica com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa não nega a evidência de que este ente atípico da política e das relações internacionais não é composto por um único povo, não dispõe de exército, não tem uma opinião pública, nem um *demos* único,

CONTINUA NA PÁG. 13

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 10

tal programa sem ideias e reduzido à pregação da contabilidade e de medos.

Qual é, antes de mais, o problema central a que alguns não conseguiram chegar? É, obviamente, o de saber definir o que é Portugal, porque está nesta Europa e que vantagem desta associação conjuntural tiramos. Infelizmente, a tese contratualista e voluntarista de Rousseau prevalece em todos os discursos, com a manifesta ignorância que o homem abstracto não tem direito à existência, pois não existe em parte alguma. Todos somos criaturas com envolvente familiar, social, cultural e histórico: não escolhemos a nossa família de nascimento e não escolhemos a pátria em que nascemos, pois estas são-nos impostas pela natureza no acto do nascimento. As pátrias não são negócios contratuais, existem antes e depois do cidadão, pelo que Portugal não nos pertence, mas somos nós que pertencemos a Portugal. Portugal é uma fundação de destino e a identidade está disseminada pelo passado e pelo presente, nos mortos e nos vivos. Portugal não é um estar aqui negociável, não cabe em programas nem se pode reduzir a “propostas”. Não cabe aos portugueses de hoje questionarem-se sobre a viabilidade ou inviabilidade de Portugal, mas cabe-lhes lutar por uma ideia portuguesa na Europa e da Europa. Ora, o que temos ouvido é precisamente o contrário. Todos, da extrema-esquerda à direita extrema, exibem um doloroso seguidismo não português (e muitas vezes até, anti-português) que se

contenta em situar os problemas contemporâneos da nação por referência a problemas específicos dos restantes estados do continente. A agenda de todos os partidos parece um químico das supostas “famílias ideológicas” em que cada formação se integra, desconhecendo que o interesse francês, alemão ou italiano colide, quase sempre, com o interesse português, não apenas na identificação dos problemas, como na sua resolução. Neste particular, da extrema-esquerda à direita extrema, há muita Europa e nenhum Portugal: são cópias de cópias pedindo protecção externa.

Portugal sempre foi Europeu, esteja ou não na União, submeta-se ou não ao novo Sestércio do Império sem cabeça e sem gládio, vá ou não às penitências das novas Canossa de Estrasburgo, Bruxelas ou Berlim. À Europa demos o Mundo, ao Ocidente as cristandades do Brasil, das Ásias e da África, ao Lácio 300 milhões de falantes exóticos e essa portugalidade que tão bem nos posiciona na emergência da nova era multipolar em formação. Se ainda há tempo para que Portugal tenha voz nesse areópago, importa que Portugal pense como Portugal e os portugueses ali representados ali levem a ideia portuguesa de uma Europa que excede as fronteiras deste cabo extremo da eurásia e se fez mundo através de Portugal.

• Miguel Castelo-Branco



6 anos de existência

Quando fui convidado para a Direção da ANJE, precisava de ter uma empresa em meu nome. Foi assim que tudo começou...

A FC-Consultores, como é conhecida hoje em dia, divide-se em 5 áreas distintas:



Consultoria/Lobby Empresarial

Criamos sinergias entre os nossos clientes, a fim de utilizarem um leque de serviços entre si dentro da nossa base de dados e central de compras.

Consultoria



Catering e Restauração Colectiva

Temos o parceiro certo, com o SELO DE GARANTIA da FC-CONSULTORES, para qualquer evento a nível de catering, exploração de bares, cantinas, cafetarias e máquinas vending.

Restauração colectiva
Catering



Comunicação e Imagem

O nosso forte é desde sempre a produção gráfica. Nesta área sensível, não combatemos o mercado através de preços, mas sim por QUALIDADE, PRAZOS DE GARANTIA E ENTREGA DE TRABALHOS, bem como de acompanhamento personalizado e contínuo.

Impressão digital do pequeno ao grande formato, roll-ups, pop-ups, vinis, telas, lonas, catálogos, brochuras, calendários, caracterização e decoração de espaços e viaturas, etc.

Comunicação e imagem



Segurança

Temos o parceiro certo, com o SELO DE GARANTIA da FC-CONSULTORES, para qualquer necessidade de segurança, vigilância e alarmes de todo o género.

Alarmes e segurança



Construções e Remediações

Temos o parceiro certo, com o SELO DE GARANTIA da FC-CONSULTORES, para qualquer necessidade de construção civil, remodelação de espaços interiores ou exteriores.

Construção civil e remodelação de interiores

Ferreira de Carvalho – Consultores, Uni., Lda.

R. Francisco Sousa Tavares, Edifício JOCA 2685-333 Prior Velho
pfc@fcconsultores.pt / rds@fcconsultores.pt
www.fcconsultores.pt

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 11

em suma, não é um Estado e, muito menos, um Estado-Nação. A União Europeia é sobretudo uma negociação permanente.

Se outro mérito não tivesse, seria sempre digno de nota o mero facto de que Estados de dimensão e poder muito díspar aceitem resolver pacificamente os seus diferendos e promovam em conjunto soluções para áreas de soberania que convencionaram exercer em comum. No Conselho da União Europeia, por exemplo, todos os dias centenas de representantes dos Estados-Membros, quadros diplomáticos e técnicos, participam em reuniões de cerca de 150 grupos de trabalho destinados a preparar as posições do Conselho no processo co-legislativo, enquanto nas mesmas datas deputados ao Parlamento Europeu, secretariados e grupos políticos laboram nas respectivas Comissões na produção da posição paralela daquela câmara. É um trabalho sério, moroso e normalmente responsável que convoca a participação activa das administrações públicas nacionais e reclama atenção, cuidado e empenhamento dos decisores políticos porque tem impacto directo na vida de cada pessoa.

É verdade: a União Europeia não tem um funcionamento muito entusiasmante e o seu ritmo tende a ser o do médio prazo. É vítima da natural tendência dos Estados-Membros para dividirem os resultados negociais em vitórias suas e imposições malévolas “de Bruxelas”. Mas a tal “Bruxelas” é uma realidade compósita de negociação multi-nível na qual todos participam num ambiente político orientado para o consenso e para a busca do compromisso que procura (i) acomodar pontos de vista de vinte e oito Estados-Membros, (ii) tornar exequíveis os poderes acrescidos para co-legislar de um Parlamento em que coexistem oito grupos partidários, (iii) fazer com que membros de, pelo menos, quatro famílias políticas que integram o Colégio de Comissários contribuam para a formação da iniciativa legislativa e para a gestão e execução das políticas da União. Portugal é parte deste processo desde 1986.

A “europeização da política” infundiu uma efectiva mudança nos níveis de exercício político e na estrutura do poder e no controlo da informação. Cabe a todos os principais envolvidos um esforço de redução da distância e da indistinção programática que defrauda as expectativas dos eleitores ideologicamente mais alinhados bem como daqueles que apenas compreendem o exercício da política à escala nacional. Mas, em regra, os partidos políticos e os principais órgãos de comunicação social portugueses conhecem mal as atribuições e competências da União e escrutinam pior o exercício dos mandatos

parlamentares; tal como a Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus da Assembleia da República que tende a emitir pareceres brandos ou simplesmente inócuos face às propostas legislativas da Comissão Europeia. O que falta a Portugal são sobretudo a capacidade de escrutínio das instituições europeias e da acção governamental e dos seus parlamentares no contexto europeu e a interiorização colectiva da efectiva importância deste novo nível de acção

política. Em suma, espírito crítico e capacidade de compreensão, de afirmação... e de antecipação. Porque só quem anda distraído é que pode ser surpreendido pelas decisões da União Europeia.

São essenciais o fortalecimento do papel dos

demos nacionais e dos partidos que directamente os representam e o estreitamento da ligação destes aos eleitos para o Parlamento Europeu. Infelizmente os partidos tendem a não mostrar predisposição nem particular apetência para controlar ou enquadrar regularmente o trabalho dos deputados. Tem dependido quase exclusivamente da iniciativa dos próprios o conteúdo prático, a produtividade efectiva e os resultados concretos dos seus mandatos. A integração europeia, que não deve ser nem um caminho único nem uma viagem sem retorno, precisa desta coordenação intra-partidária (e mesmo inter-parlamentar) e será mais sólida se for fundada descomplexadamente num sentimento de pertença colectiva, enraizado na história e alimentado pela seiva cultural e religiosa que forjou a Europa, que não hostilize as

pertenças nacionais fundamentais - e que as consagre e se congre com elas - e não procure impor furtivamente novas lealdades e novos valores que poucos reclamam e quase ninguém sente como seus.

José Ribeiro e Castro disse -o limpidamente, “é necessário que o debate europeu de qualidade progrida e avance em Portugal, eliminando a periferia mental com que as questões europeias são ainda frequentemente tratadas entre nós. Na base, devemos concorrer para o amadurecimento de sólidas posições portuguesas em todos os assuntos europeus; no destino, devemos aumentar e reforçar a capacidade de influência, de pressão e de persuasão do país e da sociedade portuguesa, a nível europeu. É por aí que enraizaremos verdadeiramente, entre nós, uma plena cidadania europeia e consolidaremos na Europa a cidadania portuguesa, o específico sentimento português, o nosso modo de ver, o nosso modo de ser.”

A nossa próxima Presidência do Conselho da União Europeia será uma oportunidade única para aprofundar esse debate e para promover a maneira portuguesa de se ser europeu e emprestar à União a perspectiva de Portugal sobre o mundo. • **João Vacas**

A “europeização da política” infundiu uma efectiva mudança nos níveis de exercício político e na estrutura do poder e no controlo da informação. Cabe a todos os principais envolvidos um esforço de redução da distância e da indistinção programática que defrauda as expectativas dos eleitores ideologicamente mais alinhados

A nossa próxima Presidência do Conselho da União Europeia será uma oportunidade única para aprofundar esse debate e para promover a maneira portuguesa de se ser europeu e emprestar à União a perspectiva de Portugal sobre o mundo.



NOME: Luís Soveral Varella

IDADE: 57 anos

NACIONALIDADE: Nascido em Luanda, Angola

OCUPAÇÃO: Arquitecto

CR - Porque decidiu tornar-se sócio da Causa Real?

Desde que me lembro de ser gente, que sou Monárquico, de ter o sentimento enraizado. Primeiro, sem qualquer razão aparentemente lógica e apenas por razões sentimentais e emotivas que advinham do meu orgulho da História desta grande Nação, despertada na escola primária graças a excelentes professores que tive a sorte de ter, bem como pelo meio familiar, ainda que não monárquico. Depois, por convicção. O estudo da História iria ensinar-me como o fim das monarquias europeias e a implantação das repúblicas no séc. XX escreveram das páginas mais negras da História da Humanidade, nomeadamente na Alemanha e na Rússia, e como algumas delas remeteram para o atraso civilizacional culturas que tinham historicamente dever e obrigação de liderar os movimentos intelectuais e culturais, como em Itália, Espanha e Portugal. Enraizou-se em mim o sentimento profundo da necessidade de mudar lideranças, de voltar a identificar os povos com as suas culturas, com o seu território, com a sua Família e com a sua Comunidade, munidos de conhecimento para serem livres de escolher. A actualidade veio confirmar o que mais se temia – a desidentificação das gentes com o seu espaço e com a sua cultura, a sua desidentificação com a Família e com a Comunidade – e consequentemente o início da desintegração da estrutura fundamental de um Povo e de uma Nação. Guiados por um mundo desumanamente competitivo liderado pela finança e pela economia, pelo partidarismo político e compadrios, esvaziados de ideias, em que a filosofia política parece não ter mais lugar, e infectados por culturas importadas e que nos são alheias, pelo dinheiro fácil para alguns, torna-se urgente voltarmos a nós e recolocarmos as ideias e os conceitos acima das posses e dos sucessos financeiros, e identificarmo-nos como um Povo e com alguém que realmente o represente, que se interesse, e se preocupe com as suas aspirações, que medie conflitos e seja um elemento aglutinador das diferentes narrativas. E só a figura do Rei poderá estar à altura desse

enorme desafio. Não encontro de facto melhor lugar do que no ideal Monárquico, e vejo na RAL o espaço ideal para que essa discussão seja presente e constante, contribuindo para a agregação dos monárquicos, a que não é alheia a postura sempre presente e activa do seu Presidente.

CR: Como vê hoje o movimento monárquico português?

De uma forma bastante desagregada. Monárquicos, ou pessoas que o dizem ser, arrisco dizer que serão provavelmente 50 % ou mais das pessoas com quem convivo, mas são muito poucos os que fazem alguma coisa pelo movimento monárquico e que estão dispostos para o fazer.

CR: Quais os seus principais desafios?

Cativar todos esses que se dizendo monárquicos não tomam parte activa em nada que possa trazer mais-valias ao ideal. E, simultaneamente, ajudar a informar o que está de tão errado, e como é possível mudar, através de um trabalho seque e exaustivo, se necessário com o contacto directo com as populações.

CR: Como vê hoje o movimento monárquico?

O movimento monárquico português, na minha opinião, tem estado um pouco parado, precisa de ser mais activo, de se expor, e aparecer mais, mas pelas boas e correctas razões, junto das populações, dos meios de comunicação social, e das redes sociais que tanto peso têm nos tempos que correm. Noto, no entanto, que ultimamente tem havido um esforço visível nesse sentido mas é necessário fazer mais, e melhor, para que se consiga ir passando a mensagem. É fundamental a união em torno de SAR O Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, mas não de jogos politiqueros, ou de interesses pessoais, que em nada engrandecem esta tão nobre instituição que queremos para Portugal - Monarquia!

CR – Que contributo espera poder dar ao nosso movimento?

Tudo o que estiver ao meu alcance.

Entrega do Espólio de Mário Saraiva à Biblioteca Nacional

O espólio do médico, escritor e notável pensador monárquico Mário Saraiva (1910-1998) foi entregue pela família aos cuidados da Biblioteca Nacional de Portugal, permitindo assim que este importante acervo possa ser devidamente inventariado, catalogado e estudado pelos investigadores que se interessam pelo pensamento político do século XX português e, especialmente, pelo ideário monárquico genuinamente nacional. Esperemos que seja profícuo o



estudo deste rico depósito. Recorde-se que Mário Saraiva é o autor de “Razões Reais”, obra há muito inacessível e com cuja republicação a Real Associação de Lisboa se lançou na aventura editorial. De resto, não apenas para honrar a memória do ilustre publicista mas

também para assinalar a importância desse livro, a Real Associação de Lisboa entendeu dar à sua chancela o nome de “Razões Reais” e que conta já com três títulos publicados.

Filipe Ribeiro de Menezes

«A República nunca conseguiu superar o crime do regicídio»

Entrevista de
Nuno Miguel Guedes



Nasceu em Lisboa, em 1969, doutorou-se no Trinity College Dublin. Actualmente é professor e director do Departamento de História da Universidade de Maynooth (Irlanda). Em 2017 foi eleito membro da Royal Irish Academy. É o autor de, entre outras obras, *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em Guerra, 1916-1918*, *Salazar – Biografia Política*, *Afonso Costa* e *De Lisboa a La Lys*.

CR: Na sua actividade como investigador e historiador escolheu a I República e o envolvimento de Portugal na I Guerra como matéria privilegiada do seu estudo. Como caracteriza esse período e a transição que o antecedeu?

Comecei por investigar a participação portuguesa na I Guerra Mundial em grande parte por causa de uma cadeira no último ano do curso de História no Trinity College Dublin – França e a I Guerra Mundial – leccionada pelo Prof. John Horne, um dos maiores peritos nesta matéria e parte de um grupo de historiadores que ajudaria a reimaginar o conflito graças a uma abordagem sobretudo cultural. Chegado ao fim do curso fui convidado a ficar no Trinity College como aluno de mestrado, escolhendo John Horne como orientador e Portugal durante o conflito como tema. Foi a possibilidade de trabalhar com um professor de eleição que me levou ao tópico.

Tendo apenas feito apenas dois anos do liceu em Portugal e a universidade na Irlanda, tive de devorar rapidamente o que fora escrito até então sobre a República e a nossa participação na guerra. Fiquei espantado, por um lado, com o que não se sabia sobre o período e, por outro, com a enorme distância que separava a retórica republicana – cujo eco se encontrava ainda em grande parte da historiografia do período – e a realidade do regime. É claro que a liderança deste, sobretudo na sua fase inicial, se considerava ameaçada por inimigos internos e externos, precisando por isso de adoptar uma posição de força e intransigência – mas, com o passar dos anos, as escolhas feitas por sucessivos governos republicanos ajudaram simultaneamente a cavar o fosso entre a nova elite política e o resto do país e a decepcionar muitos daqueles que haviam visto na República um passo necessário para a construção de

um país melhor. Quando caíu, em 1926, a I República tinha pouca força e muito poucos defensores.

A guerra agravou esta circunstância – este divórcio entre a população e a liderança – resultando logo em Dezembro de 1917 no golpe de estado de Sidónio Pais, que funcionou de aviso: a República tal como fora definida em 1910/11 não estava enraizada; grande parte do país era-lhe hostil; e ou o regime se reformava, dando aos portugueses a estabilidade e o apaziguamento que estes tanto desejavam, ou seria esmagada. Nada mudou a partir de 1919 e o resultado, sete anos depois, foi o golpe de estado do 28 de Maio.

Quanto à passagem da Monarquia para a República, matéria sobre a qual me tive de debruçar aquando da tese, tenho, para lá de considerações “profissionais”, uma opinião pessoal que ultrapassa conceitos ideológicos, práticas políticas, teorias constitucionais etc.: a de que a República nunca conseguiu superar o crime do Regicídio, cujos autores celebrou. Fossem quais fossem os seus ideais, a I República tornou-se possível graças à tentativa de massacrar uma família inteira a sangue frio, sem dó nem piedade (nem razão) em plena Praça do Comércio. Escreveria doze anos mais tarde D. Manuel II, em Inglaterra, a Paiva Couceiro, sobre “o dia funesto e horroroso para a nossa Pátria tão amada pois perdeu ela um grande Rei e um Príncipe esperançoso, para mim de luto e dor que nada apaga, pois roubou-me os meus sempre chorados Pai e Irmão, que Deus tenha em Sua Santa Paz!” Daqui – da enorme tristeza que me causam estas linhas – não consigo passar.

CR: Como caracteriza a intervenção portuguesa na I Guerra Mundial, em termos humanos e políticos?

A nossa intervenção na I Guerra Mundial foi um desastre em termos humanos, políticos e outros...

fragilizou o país, virou portugueses contra portugueses, levou a uma longa série de desastres militares, sobretudo em África, abriu o caminho à “República Nova” de Sidónio Pais – muitas vezes apresentada como uma antecâmara do fascismo – queimou politicamente as principais figuras da República sem promover substitutos de prestígio e indispsôs o Exército com o regime. Por pouco – e isto apesar do sacrifício de milhares de portugueses –, não nos custou grande parte das colónias. E tudo isto em troca de quase nada. Contra os conselhos de Londres,

Afonso Costa e os Democráticos impuseram a nossa beligerância e a nossa presença na Frente Ocidental, garantindo a quem os ouvisse que todo o país estava unido e pronto para um esforço comum em prol dos Aliados. Essa beligerância – e o envio do C.E.P. para França – eram na verdade vistas pelos Democráticos como formas de corrigir tudo o que estava mal na República, desde a falta de estabilidade política à falta de entusiasmo popular pelo novo regime. Mas foram tantas as contradições no discurso oficial sobre as razões da necessidade de uma intervenção portuguesa – e foi tão fraco o esforço propagandístico – que em vez de reforçar a coesão nacional, a guerra enfraqueceu-a. Não foram feitas concessões políticas – aos católicos, aos trabalhadores, às mulheres, aos analfabetos (a maioria da população, a quem era negado o voto) – e rapidamente a crise provocada por dificuldades económicas inteiramente previsíveis generalizou-se.

Simultaneamente, entre os oficiais generalizou-se a ideia de que o Exército estava a ser sacrificado por fins políticos: não podiam os portugueses alterar o rumo das operações em França, mas podiam desaparecer de um dia para outro (como acabou por acontecer a 9 de Abril de 1918). Assim sendo, o que lá estavam a fazer? A presença portuguesa em França acabou por prejudicar a nossa acção militar em África. Enquanto outras potências coloniais mobilizaram as colónias para fortalecer a metrópole, Portugal viu-se obrigado a enviar milhares de soldados para Angola e sobretudo para Moçambique, onde muitos deles morreram. Apesar deste sacrifício Moçambique foi o principal campo de batalha em 1918, com consequências trágicas para a população daquele território.

CR: Há, um pouco por todo o lado, uma emergência de populismos. O sistema de Chefia de Estado que a monarquia representa seria um bom atenuante a este tipo de condições?

Gostaria de lhe responder que sim, que as monarquias representam um baluarte contra semelhantes fenómenos. Mas nos anos Vinte e Trinta as monarquias não resistiram bem aos movimentos fascistas e autoritários, mostrando-se vários reis dispostos a virar as costas às constituições que haviam jurado respeitar. Sucedeu assim em Itália, na Espanha, na Roménia, na Grécia... e hoje em dia temos movimen-

tos populistas a conquistar posições de destaque na Holanda e na Suécia, para não falar no Brexit. Somos confrontados por um fenómeno político que está a abalar todo o Ocidente, minando o consenso político reinante desde o fim da II Guerra. A resistência a esta vaga nasce, creio, da defesa de valores que ultrapassam regimes políticos.

CR: Em Janeiro de 2019 celebrou-se o centenário da chamada “Monarquia do Norte”. O que significou? Existe algum legado que se possa aplicar ao nosso tempo?

A “Monarquia do Norte” demonstrou a impossibilidade de restaurar pela força a monarquia em Portugal. Deflagrou no momento de maior fraqueza da República desde o 5 de Outubro – quando a “República Nova” tentava sobreviver ao assassinato do seu fundador, Sidónio Pais – mas nem assim teve sucesso: permitiu a reconciliação temporária de todos os republicanos, unidos contra o inimigo comum, os monárquicos, cuja acção foi mal coordenada e que foi empreendida sem o aval de D. Manuel II. Não pela primeira vez, Paiva Couceiro e outros julgaram que bastaria hastear a bandeira azul e branca para se verificar uma enorme adesão popular à causa; não pela primeira vez, enganaram-se. A “escalada de Monsanto” – a vitória sobre as forças monárquicas em Lisboa – deu aos republicanos um novo feito de armas para celebrar depois de anos de desilusões, permitindo o rápido regresso ao poder dos Democráticos. Como é normal, o fracasso deixou divisões profundas e muitas recriminações entre monárquicos, espalhadas já por várias correntes, recriminações essas que não pouparam o Rei. A Junta Central do Integralismo Lusitano, movimento extremista em plena ascensão, transferiu a sua lealdade para D. Miguel; Paiva Couceiro, como fica claro do volume que há anos sobre ele publiquei, viu-se apanhado num fogo cruzado, apelando sem sucesso para a paz entre correligionários.

Posto nestes termos, foi, do ponto de vista da causa monárquica, um episódio triste, um passo em falso. Foi uma derrota, mas podemos e devemos aprender com as derrotas, assim como com as vitórias. Ficou patente (e julgo ser este o legado da “Monarquia do Norte”) a necessidade de união e solidariedade entre monárquicos para a defesa do ideal comum.

CR: Podemos contar com nova obra no prelo? Quando e sobre que tema?

No ano que vem será publicado um *Festschrift* em honra de John Horne, que tive o prazer de organizar com a Prof. Catriona Pennell, da Universidade de Exeter, e que conta com a colaboração de historiadores como Jay Winter, Annette Becker e Michael Neiberg. E estou neste momento a escrever uma biografia política de Adelino Amaro da Costa, que me foi encomendada pela Assembleia da República.

A BEIRA REFLORESTADA PELO SEU PRÍNCIPE

Por Diogo Tomás Pereira



Nos dias 16 e 17 de Fevereiro realizaram-se acções de reflorestação na Serra da Gardunha, onde se plantaram 1200 carvalhos, e na Mata da Covilhã, área replantada com 600 árvores autóctones (além dos 1000 carvalhos doados ao Parque Natural da Serra da Estrela), com a participação do Senhor Dom Afonso, Príncipe da Beira.

Desde o primeiro momento que Sua Alteza Real demonstrou preocupação pelos graves prejuízos e sofrimento que os incêndios causaram naquela região, mas a esperança na renovação foi a sua principal marca. Prova disso mesmo, foi o visível entusiasmo com que se entregou à plantação de cada árvore, contagiando todos os presentes com a mesma energia.

Integraram as equipas dos dois dias, a vice-presidente da Câmara Municipal do Fundão, o presidente da Junta de Freguesia de Alcongosta, vereadores da Câmara da Covilhã, um grupo de Escuteiros, os Guardiões da Serra da Estrela, entre outros cidadãos que se quiseram juntar à iniciativa.

Todos muito unidos ao seu Príncipe, que foi acompanhado pelos incansáveis organizado-

res desta acção – os associados da Real Associação da Beira Interior, Causa Real e JMP.

Durante todo o fim-de-semana viu-se um jovem Príncipe que sabe das suas obrigações e não se deixa influenciar por um ambiente político que nem sempre lhe é favorável, pois vivemos em república.

Mesmo em república, apesar da república, o Senhor Dom Afonso

assume a herança histórica que tem nas mãos, estando perfeitamente consciente de que Portugal precisa desse representante dos valores permanentes, que nunca acabam, como é exemplo esta acção de reflorestação, tão importante para garantir um futuro equilibrado ao ecossistema.

Esta ideia de que o país precisa do seu Príncipe, não advém de uma qualquer teoria política que não sai dos livros, mas sim da constatação in loco do natural entusiasmo com que todos os receberam, da alegria que demonstraram por estar a preparar o futuro ao lado do Príncipe da Beira, do esforço de todos para mostrarem o melhor que sabem fazer.



FOTOGRAFIA: Príncipe da Beira com Elisa Vasconcelos e Sousa, presidente da Real Associação da Beira Interior





Foi até comovente ver aquelas crianças a quererem estar com o seu Príncipe, a exigirem uma fotografia... E não foram só os participantes nas acções de reflorestação que se esforçaram por receber da melhor maneira o Senhor Dom Afonso. Todos, sem excepção, desde os executivos das Câmaras Municipais aos jovens artistas que actuaram no salão nobre da Câmara Municipal da Covilhã, dos funcionários dos restaurantes aos colaboradores do Museu dos Lanifícios...



todos estiveram empenhados em demonstrar o que melhor sabem fazer.

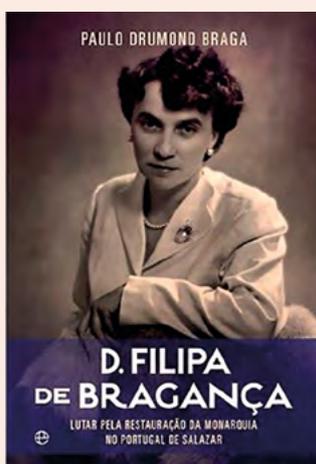
Pode dizer-se que a presença do Príncipe da Beira motivou a que todos elevassem as suas artes e saber. Porque é isso mesmo que um Príncipe motiva em toda a comunidade, é também essa uma das suas principais funções; contribuir para que todos e cada

um se sintam parte na construção de um país melhor, mais elevado.

Quando se fala da permanente actualidade da Instituição Real, é disto que se fala: da ligação natural que existirá sempre entre os portugueses e o seu Príncipe, como bem se sentiu nestes dias na Beira. Tudo muito natural, um entusiasmo cativante.

D. FILIPA DE BRAGANÇA

O historiador Paulo Drumond Braga está de volta aos escaparates, desta vez com uma biografia de D. Filipa de Bragança, figura incontornável da História do Séc. XX português, nomeadamente devido à sua acção em prol do restabelecimento da Monarquia na pessoa do seu irmão Dom Duarte Nuno, o Duque de Bragança.



EM LIVRO

A narrativa suporta-se na correspondência trocada com Salazar com quem manteve intenso relacionamento, sempre na esperança duma restauração que nunca aconteceu. O livro, uma edição da Esfera dos Livros, encontra-se disponível para aquisição na sede da Real Associação de Lisboa e através do seu sítio na Internet.



REAL ASSOCIAÇÃO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

UMA HISTÓRIA POR CONTAR

A Real Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro nasceu, por sugestão e vontade de S.A.R. o Senhor Dom Duarte, em Julho de 2008. Resultou da fusão da Real Associação Nordestina e da Real Associação de Vila Real. O objectivo desta união era congregar esforços de ambas as Reais Associações com a finalidade de crescer em número de Associados e, por outro lado, na realização de actividades que levassem à prossecução do seu projecto.

Tinha como objecto social “defender a Instituição Real e fomentar a sua divulgação; defender as tradições e os interesses culturais e sociais de toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, promovendo e apoiando acções conducentes à sua realização; apoiar o movimento associativo que vise promover e dinamizar a organização, a informação e a doutrinação monárquica em prol da restauração da Monarquia em Portugal”.

Em reunião da Assembleia Geral da Real Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro, realizada a 12 de Junho de 2016, foi decidida a aprovação dos estatutos unitários, concretizando assim a adesão à Causa Real.

Na tentativa de aproximação aos vários núcleos, dispersos pela província, a RATMAD tem tido a preocupação de desenvolver actividades em zonas diversificadas, objectivo exigente perante um território tão vasto. O ponto alto destas actividades tem sido a realização anual do Jantar de Conjurados, comemoração que tem contado com considerável adesão e constituído o espaço privilegiado de divulgação do

ideal monárquico, além de tempo e lugar de encontro e convívio entre associados e simpatizantes da Causa Real.

O caminho não é fácil: estamos conscientes de que nos encontramos dispersos e que, embora a rede viária tenha melhorado, qualquer actividade ou reunião que se realize em determinado local, será sempre de difícil acesso àqueles que vivem mais longe. No entanto, o interesse local e regional pelas iniciativas levadas a cabo pela RATMAD é comprovado, não só por uma percepção de apoio e simpatia generalizada, mas também pelo aumento do número de Associados, facto que nos dá um crescente alento e a certeza de que a mensagem vai sendo difundida.

Rosa Maria Morais Sarmiento



JORNADA EM TERRAS DE BARROSO

A jornada de Sua Alteza Real Dom Duarte por terras de Barroso, organizada pela Real Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro, teve início pela manhã de sexta-feira, 8 de Junho, sendo recebido na praça do município de Montalegre pelo presidente daquela edilidade.

Calorosamente saudado pelos funcionários no átrio da Câmara, o Duque de Bragança, acompanhado por expressiva comitiva de monárquicos, foi brindado com uma muito oportuna mensagem de boas-vindas no Salão Nobre, apresentada com preparação e rigor pelo presidente da Câmara, Dr. Orlando Alves.

Seguiu-se uma interessante e detalhada conferência relativa ao tema do Couto Misto, apresentada pelo especialista e investigador General Dário Carreira, nascido em Tourém, terra de fronteira ligada ao castelo da Piconha e ao Caminho Privilegiado. Usando da palavra, o Senhor Dom Duarte expressou o seu apreço por ambas as comunicações, aludindo aos aspectos mais significativos de cada uma das intervenções.

Mencionando o caso do Couto Misto, comparou-o em certa medida à situação de Olivença, contexto sensível para a qual Sua Alteza Real obteve um acordo prévio das autoridades daquela região, no sentido de



se alcançar, no futuro, uma administração conjunta desse território. Também as palavras do Dr. Orlando Alves mereceram uma reflexão de agrado, dada a profundidade da análise transmitida, de alguma forma rara no panorama da política portuguesa.

De acordo com o programa previamente divulgado, de Montalegre a caravana subiu até à aldeia de Pitões das Júnias, atravessando o planalto da Mourela, trajecto durante o qual o tempo instável se agravou, embora não o suficiente para impedir a visita às magníficas ruínas do mosteiro de Santa Maria das Júnias, coetâneo da nacionalidade, ali edificado para recolhimento dos monges de Cister.

Após o almoço no restaurante D. Pedro – assim chamado em homenagem a D. Pedro Pitões, o primeiro Bispo do Porto que participou no cerco de Lisboa, ao lado de D. Afonso Henriques –, tendo o céu por instantes permitido dali vislumbrar os majestosos cumes do Gerês, foi de seguida tomado o rumo da Galiza.

Na aldeia de Santiago, cabeça do Couto Misto, a chegada de S.A.R. Dom Duarte foi saudada por um bem organizado grupo de gaiteiros galegos, a que se seguiram os cumprimentos respeitosos do executivo e das autoridades religiosas locais. A curta caminhada, debaixo de chuva miudinha, terminou no adro da igreja, junto à estátua do último Juiz do Couto Misto, D. Beltrão, nascido em Tourém, ocasião que os portugueses ‘dos dois lados da fronteira’ aproveitaram para estabelecer animada conversa.

No interior do templo, teve lugar uma sentida homilia ministrada pelo Padre António Lourenço Fontes. De seguida, procedeu-se à abertura da ‘arca das três chaves’ pelos respectivos Juizes, tendo S.A.R. depositado nessa mítica arca um pergaminho, após a sua leitura pela presidente da Real Associação, Dra. Rosa Morais Sarmento. Nesse documento ficou solenemente testemunhada a visita do Duque de Bragança àquele território, tendo em simultâneo o Senhor Dom Duarte nessa ocasião renovado a proposta de administração conjunta do Couto Misto, projecto futuro que recebeu imediata aceitação e apreço por parte da representante do Ayuntamiento de Baltar.



Terminou em Tourém este primeiro dia de visita a Montalegre e às terras de fronteira, com recepção e visita à aldeia a cargo da ‘Casa dos Braganças’, um caso de sucesso de turismo de habitação nesta região. Ao cair da tarde foi iniciado o percurso para o último local de visita do dia, a histórica aldeia fronteiriça de Vilar de Perdizes.

O segundo dia, sábado 9 de Junho - dia em que o município de Montalegre comemora a atribuição do seu Foral, outorgado em 1273 por D. Afonso III -, principiou com o simbólico ‘lançamento da primeira pedra das obras de requalificação do castelo de Montalegre’, cerimónia presidida por S.A.R. o Duque de Bragança, na presença do presidente do Município e do director regional da Cultura do Norte. No final, o Senhor Dom Duarte tomou a palavra, alertando para alguns casos que se vêm verificando noutros monumentos do país, nomeadamente em relação aos riscos de intervenção demasiado focada na interpretação dada pelo(s) autor(es) do(s) projecto(s), assim como da utilização de materiais não compatíveis com a dignidade e equilíbrio estético dos castelos e outros conjuntos classificados e de valor patrimonial.

Antes da partida para o almoço de confraternização em Samaiões, Chaves, Sua Alteza Real pôde contemplar a vastidão de horizontes que se lhe deparou do cimo dos 1527m de altitude, junto ao marco geodésico da Serra do Larouco, a segunda maior elevação do continente, num instante prolongado de calma e inesperada claridade, que lhe permitiu vislumbrar as seculares terras da fronteira Norte de Portugal.

João Azenha da Rocha

FOTOGRAFIAS: 1. S.A.R. o Senhor Dom Duarte conversando com membros do núcleo de Montalegre. Da direita para a esquerda: Domingos Gonçalves Pereira, João Azenha da Rocha, Manuel Fernandes da Mota; em pé Rosa Maria Morais Sarmento.

2. S.A.R. o Senhor Dom Duarte deposita o pergaminho que assinala a Sua passagem no Couto Mixto, na “arca das três chaves”, com a ajuda do Senhor Padre Fontes e de um dos Juizes que detêm as chaves da arca.

3. SAR o Senhor Dom Duarte, discursando na sessão solene, na Câmara Municipal de Montalegre, tendo à Sua esquerda o presidente da Câmara e à Sua direita o Major General Dario.

4. Na igreja de Santiago de Rubiás, onde se encontra a arca das três chaves.

S.A.R. DOM DUARTE PIO DE BRAGANÇA CONCEDE TÍTULO HONORÁRIO DA ORDEM DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VILA VIÇOSA À LIGA DOS COMBATENTES

“Ao longo da sua existência a Liga dos Combatentes tem promovido a exaltação do amor à Pátria e a divulgação do significado dos símbolos nacionais, assim como a defesa intransigente dos valores morais e históricos de Portugal evidenciando o comportamento dos efectivos na defesa dos valores da Solidariedade e da Paz, pretendendo assim evidenciar e exaltar o trabalho da Liga dos Combatentes.” Foi nestes termos que S.A.R. Dom Duarte Pio, em 6 de Abril, no Mosteiro de Nossa Senhora da Vitória, concedeu o título de Membro Honorário à Liga dos Combatentes, na cerimónia nacional do Dia do Combatente.

A cerimónia teve início com as honras militares e a revista às forças em parada pelo Ministro da Defesa, tendo sido antecedida pela Eucaristia celebrada pelo Bispo das Forças Armadas e de Segurança, Dom Rui Valério, numa cerimónia que contou com as presenças de S.A.R. Dom Duarte Pio e o Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, Almirante Silva Ribeiro, entre as mais



altas patentes do Exército, Marinha e Força Aérea.

A condecoração à Liga dos Combatentes, imposta no Estandarte Heráldico da Liga dos Combatentes pelo Duque de Bragança, Grão-Mestre das Ordens Reais Portuguesas, acompanhado pelo Comandante da Liga dos Combatentes o Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues, foi saudada pelos presentes, em especial pelo Ministro da Defesa e pelo presidente da Liga dos Combatentes o qual referiu no seu discurso “Exmo. Senhor D. Duarte Pio de Bragança, agradeço a sua presença como combatente, mas também por ter decidido agraciar a Liga dos Combatentes com uma distinção honorífica, o que muito nos sensibiliza”

Após o desfile das Forças em Parada com representação da banda dos Fuzileiros, e uma Companhia a três pelotões, um de Fuzileiros, um do Exército e outro da Força Aérea, seguidos pelos cerca de 80 guíões dos Núcleos da Liga dos Combatentes, as entidades e S.A.R. visitaram o Museu das Oferendas onde foi assinado o Livro de Honra da Liga dos Combatentes, tendo a cerimónia de deposição de coroas de flores decorrido na Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha, junto ao túmulo do Soldado Desconhecido. •



Casa Real recebe Benções Papais

A Casa Real Portuguesa recebeu este ano duas Bênçãos Papais Extraordinárias com concessão de indulgências plenárias por ocasião do bicentenário da fundação da Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e no 10º aniversário da canonização de São Nuno de Santa Maria Álvares Pereira.

Para os incautos é importante frisar que ambos os decretos especiais, emitidos em nome do Papa Francisco por Sua Eminência o Cardeal Mauro

Piacenza, Penitenciário-Mor do Supremo Tribunal da Penitenciária Apostólica, referem explicitamente que o Senhor Dom Duarte, afilhado de baptismo do Servo de Deus Sua Santidade o Papa Pio XII e da Rainha D. Amélia de Orléans e Bragança, é de forma indiscutível, o Chefe da Casa Real Portuguesa e Grão-Mestre das Ordens Dinásticas da Casa Real Portuguesa, hoje canonicamente erectas como associações de fiéis. •



Petição sobre Protocolo do Estado entregue na Assembleia da República

Durante mais de um ano, a Causa Real promoveu a petição com o título: “Inclusão do Duque de Bragança na Lei do Protocolo do Estado”, que propõe o seguinte:

“O relacionamento protocolar devido ao Duque de Bragança deverá ser especificado na Lei nº 40/2006 de 25 de Agosto – “Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português”, acrescentando um novo Artigo 34º:

1 - O chefe da Casa de Bragança, quando convidado para cerimónias oficiais, deverá ser tratado como convidado especial da entidade que tiver, por virtude da mais alta precedência protocolar, a presidência.

2 – Ao cônjuge do chefe da Casa de Bragança é atribuído lugar equiparado ao mesmo, quando esteja a acompanhá-lo.”

Após recolha de assinaturas em papel e na internet, a petição e as respectivas assinaturas foram pessoalmente entregues por Tomás Moreira, primeiro peticionário, à Assembleia da



República, no passado dia 21 de Dezembro, na pessoa da deputada Teresa Caeiro, vice-presidente da Assembleia (em representação do respectivo presidente).

A petição será agora registada, publicada no Diário da AR e analisada por uma comissão parlamentar para deliberar sobre a sua admissibilidade

e nomear um deputado relator. Em função das conclusões da comissão parlamentar, poderão dar-se passos seguintes no sentido de ser ou não discutida e eventualmente votada em plenário da AR, processo que demorará alguns meses.

Inicia-se assim uma nova etapa deste processo, durante a qual os promotores da petição tentarão junto dos grupos parlamentares da AR obter apoios, com o objectivo de conseguir uma maioria de votos favoráveis à pretensão, para assim garantir que as entidades do Estado continuem a conferir um tratamento de particular respeito aos Duques de Bragança, quando convidados a participar em eventos oficiais.

• Tomás Moreira, Janeiro de 2019

Jantar dos Conjurados

No dia 30 de Novembro, no Hotel Palácio Estoril, decorreu o tradicional Jantar dos Conjurados promovido pela Causa Real, assinalando a importância e o significado da Restauração da Independência de Portugal, feito histórico que os portugueses gostam de celebrar com a sua Família Real.

S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, proferiu a sua tradicional mensagem aos Portugueses, em que apelou “para que se unam e actuem em torno da nossa cultura e dos nos-

sos valores para construirmos um Portugal melhor. Num período de divisões por todo o mundo temos a vantagem de ser um dos Estados Nação mais antigos do mundo, sem divisões nem barreiras à nossa acção. Dependemos apenas de nós próprios.”

Seguiu-se o jantar, muito concorrido, com a presença de SS.AA.RR os Senhores Duques de Bragança, o Senhor Dom Afonso, Príncipe da Beira e a Senhora

D. Maria Francisca,

Duquesa de Coimbra, tendo a presidente da Causa Real discursado.

No resto do país, algumas Reais Associações promoveram também jantares dos Conjurados. Foi o caso da Real Associação da Beira Interior, no restaurante Casa da Eira em Pêro Viseu no Fundão, e das Reais Associações de Braga e de Viana do Castelo a que se associou a Real Associação do Porto, na Quinta da Presa na Meadela



em Viana do Castelo. Neste último jantar, Ascenso Simões, deputado da Assembleia da República, fez uma intervenção sobre o tema “O Início de Portugal” e no decurso do jantar, teve lugar a cerimónia de entrega dos prémios dos Concursos Escolares organizados pela Real Associação de Viana do Castelo, no ano lectivo 2017/2018, sobre o tema “5 de Outubro de 1143 – O dia em que Portugal nasceu”, intitulados “Viagem no Tempo”, para os alunos do 1.º Ciclo, e “Um Concurso Para Ti”, para os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino secundário. •

Notícias das Reais Associações



REAL ASSOCIAÇÃO DO PORTO

A Real Associação do Porto vem, como habitualmente, dar conhecimento de algumas das actividades que realizou no primeiro trimestre de 2019.

No dia **1 de Fevereiro**, como já é sua tradição, celebrou, na Igreja de São José das Taipas, no Porto, uma **missa em memória do Rei Dom Carlos e do Príncipe Real Dom Luís Filipe**, presidida pelo Reverendo Pe. Jardim Moreira.

No dia **14 de Fevereiro**, celebrou, também uma **missa**, esta em memória de S.A., o **Senhor Dom Henrique de Bragança, Infante de Portugal e Duque de Coimbra**, na Igreja dos Carmelitas e com a presença de Sua Alteza Dom Miguel de Bragança, Duque de Viseu.

No ano em que se assinala o **Centenário da Monarquia do Norte**, a Real Associação do Porto promoveu a evocação do movimento que, há cem anos, visou restabelecer a Monarquia em Portugal.

Nessa evocação, histórica, a Real Associação do Porto realçou ser esse o fim que também a move hoje, sem deixar de clarificar que o seu caminho é a implementação da Monarquia, mas de forma pacífica e democrática.

Lembrou, ainda, que a Monarquia contra qual os republicanos lutaram no início do século passado, pouco tem a ver com as monarquias euro-



peias de hoje, e que ambicionamos para Portugal no século XXI.

O primeiro evento do programa de evocação do centenário da *Monarquia do Norte*, no Porto, realizou-se no dia **19 de Janeiro**, com uma conferência da Real Associação do Porto em parceria com a Real Associação de Lisboa, que decorreu no Ateneu Comercial do Porto, um emblemático clube da cidade, que este ano celebra os seus 150 anos.

Esta conferência, com o tema **“Cem anos da monarquia do norte – uma história de resistência”**, teve como oradores o historiador Prof. Dr. Nuno Resende e o Dr. Carlos Bobone e foi muito apreciada pelo numeroso público que assistiu.

A segunda conferência da Real Associação do Porto realizou-se, no dia **2 de Fevereiro**, também no Ateneu Comercial do Porto, em parceria com a Real Associação de Braga e com a Real Associação de Viana do Castelo, tendo sido oradores o historiador Prof. Dr. Armando Malheiro e o Dr. Luís Cabral, respectivamente, sobre os temas: **“O equívoco monárquico: a Monarquia do Norte e a Revolta de Monsanto”** e **“No Centenário da Monarquia do Norte: os Manuscritos do 2.º Conde de Azevedo na Biblioteca Pública Municipal do Porto”**. Esta conferência foi igualmente muito participada e apreciada.

Ambas as conferências foram noticiadas pela imprensa, designadamente pela *Lusa*, pelo *Jornal Expresso*, pelo *Jornal de Notícias*, que enviou uma repórter, e, ainda, pelo *Jornal de Matosinhos*, com uma excelente reportagem do José Maria Cameira, nosso membro da direcção.

Finalmente, a Real Associação do Porto realizou o seu último evento do programa de evocação do centenário da *Monarquia do Norte* no Porto, - um jantar, no dia **15 de Fevereiro**, no *Clube de Leça*, com um menu da época, no qual teve a honra de contar com a presença de Sua Alteza Dom Miguel de Bragança, Duque de Viseu.

O menu do jantar, inspirado em três momentos da história da gastronomia portuguesa, foi coordenado pelo Chefe Hélio Loureiro, de quem são as palavras que se seguem:





“Num primeiro momento, *Bolinhos de bacalhau desde o Visconde de Vilarinho de São Romão a Bento Maia*.

Esta receita resulta da introdução em Portugal, no século XIX, da batata, cultivada em grande escala, que teve como grande obreiro o senhor Conde de Vilarinho de São Romão, que escreveu um magnífico livro de cozinha, com receitas tão simples quanto originais para a época, como um fabuloso esparregado de grelos e outro de urtigas. Foi ele quem patenteou a receita dos bolinhos de bacalhau!

Num segundo momento, *Carne de vitela no tacho à portuguesa*.

A carne de vitela à portuguesa foi um termo que começou a ser usado só

que fez furor!

Passados uns dias, em toda a Lisboa, as cozinheiras trocavam receitas. Tinha chegado via Embaixada e, em menos do nada, era sobremesa de todos os clubes lisboetas e no Porto. A mousse de chocolate nasceu, assim, num cabaré, pelas mãos de Toulouse Lautrec, que num dia de inspiração adicionou gemas, açúcar e chocolate derretido, envolvendo tudo em nuvens de claras... um poema! Embora a sua arte fosse a pintura.”

Jorge Leão,
Presidente da Real Associação do Porto

importantes como sejam a migração - questão, aliás, levantada por S.A.R. o Senhor Dom Afonso de Bragança, Príncipe da Beira, que esteve presente - a economia, a sustentabilidade, entre outros desafios que os dias de hoje nos colocam; sempre num “confronto” entre Portugal e a Europa.

O debate, moderado pelo anterior presidente da Causa Real, António Souza-Cardoso, contou com a presença de Manuel Pizarro (PS), Maria João Moreira (Aliança - Porto), Nuno Melo (CDS-PP) e Ricardo Arroja (Iniciativa Liberal) que proporcionaram um interessante serão. Fica a nota, não sem certa pena, de que também o PCP, o BE e o PSD foram convidados (Diana Ferreira, Sérgio Aires e Paulo Rangel, respectivamente), tendo os dois primeiros indicado indisponibilidade para participarem no debate. •



no século XX e abusado nos anos quarenta, sendo uma receita onde o uso do vinho tinto e do Porto lhe conferem a terminologia à portuguesa. Noutras receitas será o que levar tomate.

Num terceiro momento, *Mousse de chocolate de Toulouse-Lautrec a Portugal*.

Esta sobremesa tem uma pequena história. Estávamos nos anos vinte do século XX e foi servida na embaixada de França uma mousse de chocolate

Debate “Europa à Moda do Porto”

A Real Associação do Porto promoveu no dia 29 de Abril, na Casa dos Arcos, um debate sob o tema “Europa à Moda do Porto”, com os candidatos portugueses às próximas eleições europeias. A perspectiva era de, junto dos candidatos portugueses esclarecer aquilo que são alguns dos pontos mais





REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

A Real Associação de Lisboa tomou parte, no dia 1 de Dezembro, nas cerimónias de homenagem aos heróis da Restauração da Independência, com a deposição de uma coroa de flores pelas mãos de João Távora e Fernando Águas.

Pela primeira vez, nestas inesquecíveis celebrações organizadas pela Sociedade de Independência Histórica de Portugal, a Casa Real Portuguesa foi representada pelo Príncipe da Beira, em representação de seu Pai, Dom Duarte Pio, que foi acompanhado pela recém-eleita presidente da Causa Real, Teresa Côrte-Real e pelo vice-presidente Diogo Tomás. Também a Juventude Monárquica Portuguesa marcou presença.



No dia 24 de Janeiro o salão da Livraria Ferin foi pequeno para acolher os associados e amigos que acorreram ao lançamento da mais recente publicação da chancela “Razões Reais” da Real Associação de Lisboa, “Requiem Por El-Rei e pelo Príncipe Real” da autoria do Reverendo Pe. Gonçalo Portocarrero de Almada. Dignaram-se comparecer a este acontecimento Suas Altezas Reais a Duquesa de Bragança e o Príncipe da Beira, que testemunharam as magníficas intervenções do autor e de Nuno Pombo, encarregue da apresentação da obra.

No final, SAR o Senhor Dom Afonso entregou ao Pe. Gonçalo Portocarrero



de Almada, distinto sócio da Real Associação de Lisboa desde 1996, a medalha de mérito atribuída na última Assembleia Geral.

João Távora, presidente da Real Associação de Lisboa, agradeceu a todos os envolvidos neste projecto, tendo o autor realizado uma concorrida sessão de autógrafos.

A RAL mandou celebrar uma vez mais missa de sufrágio pelas almas de Sua Majestade El-Rei Dom Carlos I e de Sua Alteza Real o Príncipe Real Dom Luiz Filipe no dia 1 de Fevereiro, na Igreja de São Vicente de Fora.

Presenciaram este piedoso acto, além de SS AA RR os Duques de Bragança e o Príncipe da Beira, representantes das Ordens dinásticas de Santa Isabel e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, da Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro de Jerusalém e Ordem Militar de Malta e representantes dos órgãos sociais da Causa Real, da Real Associação de Lisboa e da Juventude Monárquica Portuguesa.

Após a cerimónia, presidida pelo Reverendo Padre Gonçalo Portocarrero de Almada, teve lugar a habitual romagem ao Panteão Real, onde Suas Altezas Reais os Senhores Duques de Bragança depositaram uma coroa de flores junto aos túmulos de El-Rei Dom Carlos I e do Príncipe Real Dom Luiz Filipe.

Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa

A Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa, ocorrida a 9 de Março, que reuniu cerca de meia centena de associados para deliberar sobre o relatório e contas relativos a 2018 e



o plano de actividades e orçamento para 2019, foi ocasião para a atribuição, a título póstumo, da medalha de mérito a Leão Ramos Ascensão, em reconhecimento da sua profícua militância monárquica, por ocasião da doação pela família do insigne publicista do seu acervo bibliográfico de temas monárquicos, que agora está à disposição de todos os associados e de quantos queiram conhecer melhor este ideário. Ainda no âmbito da Ordem de Trabalhos o plenário deliberou e ratificou a cooptação de João Vacas e José Carmona para os cargos de vogal da Direcção, ficando esta a contar, assim, com onze membros.

A reunião concluiu-se com uma comovente despedida do secretário Nuno Albuquerque Gaspar que, com tanto empenho nos últimos cinco



anos, foi a cara da Real Associação de Lisboa perante os sócios que diariamente contactam a nossa sede com as mais variados pedidos e dúvidas, e que agora parte para novos desafios profissionais. Para exercer as mesmas funções de secretariado foi seleccionado o militante da Juventude Monárquica, Jorge Costa Rosa, que foi saudado pelos presentes.

Comunicados

A Real Associação de Lisboa emitiu, em 29 de Novembro, um comunicado manifestando profunda discordância da decisão adoptada pela Assembleia Municipal de Lisboa visando a mudança do nome do Campo das Cebolas para Largo José Saramago, defendendo que os nomes das ruas da cidade não devem ser modificados ao sabor de maiorias ou de circunstâncias políticas de ocasião, pois constituem património imaterial da comunidade.

Já em 29 de Março a RAL emitiu outro comunicado intitulado “Os Monárquicos, o PPM e as Eleições Europeias” a propósito de um cartaz digital de campanha para as Eleições Europeias do PPM que anunciava: “Os monárquicos uniram-se para dizer Chega”, esclarecendo que o PPM, não obstante o inegável prestígio dos seus fundadores e o serviço por eles prestado ao bem comum, jamais representou os monárquicos portugueses.

Também outras Reais Associações emitiram comunicados de teor semelhante ou associaram-se ao da RAL, como as Reais Associações de Viana do Castelo, da Beira Interior e da Ilha de S. Miguel.

Roteiros Reais

O nosso associado e historiador Joel Moedas Miguel continuou a proporcionar aos associados e amigos da RAL diversas visitas culturais ao

património lisboeta.

Assim, a 17 de Novembro, realizou-se uma visita às Igrejas de Santa Catarina e das Mercês. Da primeira, instalada desde o Terramoto de 1755 e da extinção das ordens religiosas, na antiga igreja de São Paulo da Serra d’Ossa, mandada construir no séc. XVII pelo Rei D. Pedro II, destacam-se a sua enorme capela-mor, toda forrada a talha dourada, o maior exemplar do género na cidade de Lisboa, as obras dos pintores portugueses André Gonçalves e Vieira Lusitano e um magnífico órgão de tubos. Quanto à Igreja das Mercês, instalada no antigo convento franciscano de Jesus, é uma das igrejas mais belas e desconhecidas da cidade de Lisboa.

Numa evocação do Natal, realizou-se, no dia 15 de Dezembro, uma visita ao Museu Nacional de Arte Antiga para uma “Rota dos Presépios e Natividades” no museu inaugurado em 1884 pelo Rei Dom Luís como Museu Real de Belas Artes e Arqueologia. O MNAA acolhe as antigas colecções reais e património religioso proveniente dos conventos e mosteiros extintos em 1834, para além de um sem número de obras doadas por vários particulares ou compradas por subscrição pública como a famosa obra de Domingos Sequeira «A Adoração dos Reis Magos». Esta visita permitiu ver uma interessante e rica colecção de presépios e pinturas sobre a Natividade de Jesus Cristo.

Já a 12 de Janeiro de 2019, os Roteiros Reais evocaram o Processo dos Távoras, cujo desenlace perfazia 260 anos nesse mesmo dia, num percurso desde a Ajuda, lugar do Paço Real de D. José, passando pela Igreja da Memó-



ria até ao lugar do “Chão Salgado” em Belém. Apesar de conhecido por este nome, o Processo dos Távoras causou não só a morte dos principais membros desta família, como a morte de membros das famílias dos Duques de Aveiro e dos Condes de Atouguia tendo mais de 400 pessoas sido citadas e perseguidas.

O Roteiro Real de 23 de Março, permitiu desvendar aos participantes os segredos do riquíssimo espólio do Museu Militar, antigo Real Arsenal do Exército, desde a artilharia do Séc. XVI até às pinturas historicistas dos séculos XIX e XX, entre elas a da aclamação de D. João IV, bem como a Sala dos Gessos, onde se encontra guardado o molde da estátua equestre de D. José I.

Conversas Reais

Conforme prometido na última Assembleia Geral, a Real Associação de Lisboa regressou aos jantares tertúlia, “Conversas Reais”, no dia 11 de Abril, convidando o antigo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Carmona Rodrigues, para uma conversa informal sobre a coesão territorial, no restaurante Parlatório. O convidado cativou os participantes com o tema da coesão do território e da planificação do espaço urbano e, num ambiente de grande afabilidade, gerou-se no final um animado debate sobre os desafios da descentralização e o reforço de competências das regiões e autarquias.

As “Conversas Reais” prosseguiram no âmbito do Dia da Europa, a 9 de Maio, sendo convidado o associado da RAL Pedro Mota Soares para uma sessão especial subordinada ao tema “Portugal e a Europa: perigos, desafios e oportunidades”. Foi um evento muito concorrido e debateram-se os desafios de uma Europa que preserve a diversidade de nações e pluralidade de culturas que a compõem no reconhecimento das suas raízes comuns.





REAL ASSOCIAÇÃO DE BRAGA

Ajuda às vítimas do ciclone Idai na Província de Sofala – Moçambique

Após a passagem do ciclone Idai que arrasou uma parte significativa da província de Sofala, em Moçambique, país com o qual Portugal tem laços históricos, de cooperação e de amizade, e perante as imagens de destruição que foram sendo transmitidas nos diferentes meios de comunicação social, em conjunto com os relatos da realidade do terreno, feito pelas pessoas que estão naquele país, na Real Associação de Braga sentiu-se a necessidade de ajudar e colaborar na ajuda às vítimas.

A catástrofe teve maior impacto na zona da Cidade da Beira, que assim se chama em honra do Príncipe da Beira, Dom Luís Filipe, que foi o primeiro membro da família real portuguesa a visitar Moçambique, em 1907, quando levou em mão o Decreto-Real que concedia à Beira (originalmente cha-



mada Chiveve) o estatuto de Cidade.

Nesse sentido, a Real Associação de Braga pôs em prática uma recolha de materiais de iluminação que não necessitassem de eletricidade ou pilhas e fossem de fácil uso e distribuição generalizada, iniciativa à qual a Real Associação de Viana do Castelo e a Causa Real se associaram desde logo, agregando outras organizações e empresas como a Fraternidade Internacional Santa Josefina Bahkita – Círculo Euro-Africano, com o apoio da Militia Sanctae Mariae, Confederação Empresarial do Alto do Minho – CEVAL, Fundação da Caixa Agrícola do Noroeste, Associação Cultural Luso-Moçambicana e o Grupo Painhas, S.A.

Assim, com início no dia 23 de Março e fim no dia 6 de Abril nasceu a campanha “VAMOS DAR LUZ A MOÇAMBIQUE”. Tratando-se de uma ajuda de emergência, concentrou-se a recolha e os esforços nestas duas semanas e os resultados foram surpreendentes:

- 147kg de velas, o que faz um valor superior a 2.700 unidades de velas
- 370 lanternas com dínamo (não precisam de pilhas ou energia eléctrica)

Para que a ajuda chegasse aos necessitados foi necessário obter um canal adequado, pelo que se estabeleceu um acordo com a Associação Portuguesa de Moçambique – APM através do SOS Moçambique que, com a colaboração de empresários portugueses na antiga colónia portuguesa, financiaram o transporte da ajuda, por via aérea e marítima, e se responsabilizaram pela sua distribuição no terreno.

O SOS Moçambique foi o responsável pela recolha, selecção, embalagem, catalogação e transporte de todo os bens doados obtidos graças a muitas organizações, empresas e pessoas, transformando este movimento num grande canal de ajuda, que surpreendeu os organizadores iniciais: as

doações encheram seis contentores, quando o esperado seria apenas um.

A Causa Real, a Real Associação de Braga e a Real Associação de Viana do Castelo, agradecem os contributos de todas as organizações e particulares envolvidos. •



REAL ASSOCIAÇÃO DO BAIXO ALENTEJO

No dia 28 de Abril, numa organização conjunta da Real Associação do Baixo Alentejo e da Confraria dos Saberes, das Artes e dos Sabores teve lugar, na Casa-Museu Quinta da Esperança, em Cuba, um almoço-conferência “Agricultura: Passado e Presente”, presidido por SAR o Senhor D. Duarte, tendo os presentes ouvido atentamente as intervenções dos engenheiros António Rosado e Sandra Palma Ferro e do arqueólogo Jorge Feio.

Antes, o Duque de Bragança visitou a OVIJEJA, edição 2019, e, com o presidente da Câmara Municipal de Cuba, homenageou Cristóvão Colombo, com a deposição de uma coroa de flores pelo presidente e vice-presidente da Real Associação do Baixo Alentejo. •



REAL ASSOCIAÇÃO DE COIMBRA

A Real Associação de Coimbra mandou celebrar, no dia 6 de Dezembro, missa de sufrágio, na Igreja do Mosteiro de Santa Cruz, pelo rei fundador, D. Afonso Henriques, no 833.º aniversário da sua morte. •



REAL ASSOCIAÇÃO DA ILHA DE SÃO MIGUEL

Esta recém-criada Real Associação a quem damos a boas vindas e de quem esperamos notícias, mandou celebrar, no dia 2 de Fevereiro, na Igreja de São Pedro em Ponta Delgada, uma missa de sufrágio por alma de SM El Rei Dom Carlos e por SAR o Príncipe Dom Luís Filipe. •



REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU

O 378º Aniversário da Independência de Portugal a 1 de Dezembro, foi celebrado pela Real Associação de Viseu convidando os associados a participar numa manifestação de apreço pelos valores da Liberdade, Independência e Soberania da Pátria e na Homenagem a Portugal e aos seus nove séculos de História. O programa iniciou-se com uma missa na Igreja da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, seguindo-se uma homenagem no Padrão do Centenário e um almoço de confraternização no Hotel Grão Vasco.

A Real Associação de Viseu tem em preparação ações a nível regional, que decorrerão até final do ano e de que, oportunamente, será dada informação. Também anunciará em breve a sua próxima *Viagem ao País Real*.

Desde o início do ano, foram efectuadas várias conferências importantes, abertas ao público e antecedendo os jantares mensais da RAV:

- “100 anos depois...a Monarquia do Norte”, proferida por José Sarmiento Moniz e que contou com a presença da presidente da Causa Real, Teresa Côrte-Real .
- “A Casa Real de Sabóia e as suas

Ordens Dinásticas em Portugal”, apresentada por Paulo Falcão Tavares

- “A transumância e os Lusitanos”, da autoria de Adriano Vasco Rodrigues.

A 17 de Fevereiro mandou celebrar missa de sufrágio por Sua Alteza Real o Senhor Dom Henrique de Bragança. •



REAL ASSOCIAÇÃO DA BEIRA LITORAL



A Monarquia do Norte em Estarreja

A Biblioteca Municipal de Estarreja, promoveu no passado dia 9 de Fevereiro, no seu auditório, a tertúlia subordinada ao tema “A Monarquia do Norte em Estarreja”, que contou com a presença de S.A.R. o Senhor Dom Duarte Pio de Bragança.

Esta tertúlia inseriu-se no programa da exposição “A Monarquia do Norte em Estarreja”, patente na Biblioteca Municipal, entre 19 de Janeiro e 16 de Fevereiro de 2019.

O Duque de Bragança foi recebido pelo presidente da Câmara Municipal, Diamantino Sabina, e a apresentação

histórica esteve a cargo de Marco Pereira, historiador local.

Com sala pequena para a assistência do público presente, o evento contou com a presença de elementos das Reais Associações da Beira Litoral, Braga e Viana do Castelo bem como da Juventude Monárquica do Porto e ainda da Confraria da Broa de Avanca. A TV Monarquia garantiu a cobertura do evento. •





REAL ASSOCIAÇÃO DA BEIRA INTERIOR

Além da inspiradora organização da acção de reflorestação nas serras da Gardunha e Estrela em que participou tão activa e empenhadamente o Príncipe da Beira e muito bem descrita pelo vice-presidente da Causa Real em espaço próprio nesta revista, a Real Associação da Beira Interior levou a inúmeros Concelhos e Freguesias da sua área de implantação, várias conferências e debates.

Assim, com o apoio da Câmara Municipal do Fundão, organizou, no dia 9 de Novembro de 2018, uma conferência sobre “John Stuart Mill”, no Museu Arqueológico do Fundão José Monteiro. O orador convidado foi o investigador, professor universitário e empresário José Tomaz Pinto de Castello-Branco e na mesa estavam também o director do Museu de Arqueologia do Fundão, Pedro Miguel Salvado e o representante da Real Associação da Beira Interior, Rui Mateus.

“Os Tavares de Almeida Proença: Política e Notoriedade no Portugal do séc. XIX”, conferência proferida por Nuno Pousinho, decorreu na Biblioteca Municipal de Castelo Branco com o apoio da respectiva Câmara, a 24 de Novembro.

Uma palestra na Junta de Freguesia de Peraboa, com o apoio da mesma, sobre “Nossa Senhora da Conceição”, ocorreu a 25 de Novembro, sendo o orador convidado o professor, cronista, teólogo e historiador Florentino Vicente Beirão. Na mesa estiveram o orador, a tesoureira da Junta de Freguesia de Peraboa – Cristina Barata e a presidente da Real Associação da Beira Interior – Elisa Vasconcelos e Sousa.

No auditório da Junta de Freguesia de Cernache do Bonjardim e com o apoio da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, Florentino Vicente Beirão, voltou a proferir a conferência sobre “Nossa Senhora da Conceição” e falou sobre “Natal Pagão e Natal Cristão”, palestra esta repetida a 16 de Dezembro, no Centro de Dia de Capinha, com o apoio da respectiva Junta de Freguesia, onde houve distribuição de presentes e uma feira de Natal.

A 13 de Janeiro, o professor e genealogista António Graça Pereira proferiu uma conferência intitulada “Genealogia das Gentes de Escalos de Cima” na Associação Squallius, que apoiou o evento em conjunto com a União de



Freguesias de Escalos de Cima e Lousa. Na mesa estiveram além do orador, Miguel Rijo, presidente da Associação Squallius, João Miguel Baltazar, presidente da União de Freguesias de Escalos de Cima e Lousa e Rui Mateus em representação da Real Associação da Beira Interior.

Logo a 17 do mesmo mês foi a vez do investigador Júlio Vaz de Carvalho falar sobre “Duarte d’Armas Aquém e Além-Mar” na Biblioteca Municipal de Penamacor. Na mesa estiveram o orador, a chefe de gabinete do presidente da Câmara Municipal de Penamacor – Ilídia Crouchinho, André Oliveirinha, do Museu Municipal de Penamacor e o representante da Real Associação da Beira Interior – Rui Mateus. A 20 de Janeiro, o investigador e alcainense José Geada Sousa falou sobre “A Perda da Independência 1580-1640 nas Peças Filatélicas Portuguesas” no antigo edifício da Câmara Municipal de Zebreira, com o apoio da União de Freguesias de Zebreira e Segura. Na mesa estiveram além do orador, Rui Mateus e um representante da vila de Zebreira – Luís Robalo Salgueiro.

No Centro de Apoio às Actividades da Natureza de Malpica do Tejo, António Graça Pereira proferiu, a 2 de Fevereiro, uma conferência, agora sobre “Genealogia das Gentes de Malpica do Tejo”, com o apoio da Junta de Freguesia de Malpica do Tejo. Na mesa estiveram o orador, Jorge Diogo na qualidade de presidente da Junta de Freguesia e Rui Mateus, em representação da Real Associação da Beira Interior.

Ainda em Fevereiro, no dia 10, a Real Associação da Beira Interior organizou uma palestra com apoio da Junta de Freguesia de Álvaro, subordinada ao tema – “Ordem dos Hospitalários/Ordem de Malta”, no edifício da Junta de Freguesia, tendo o orador convidado sido o militar, professor e historiador António Mateus Alves. Na mesa estiveram o orador, o secretário da Junta de Freguesia de Álvaro – Tiago Rodrigues e Rui Mateus.

“O Estado Novo (II república) e a Escola Primária” foi o tema da conferência de dia 24 de Fevereiro, no Centro Paroquial de Montes da Senhora, com o apoio da Junta de Freguesia e o orador convidado foi o teólogo, investigador, professor, cronista e historiador Florentino Vicente Beirão.

Na Covilhã, no auditório municipal, e com o apoio da Câmara Municipal da Covilhã, teve lugar a 6 de Março uma conferência denominada “O Sistema Político Português, Renovação ou Estagnação” por Jorge Fraqueiro, estando presente o vereador José Serra dos Reis. Esta conferência foi repetida a 10 de Abril na Casa das Associações em Proença-a-Nova, onde estiveram presentes o presidente da Câmara, João Lobo, e o vice-presidente, João Manso.

A Real Associação da Beira Interior, no dia 24 de Março, organizou uma palestra no edifício da Junta de Freguesia de Alvito da Beira e com o apoio da União de Freguesias de Sobreira Formosa e Alvito da Beira, subordinada ao tema – “Aníbal Barca, os Celtas e os Povos Pré-Romanos na Beira-Baixa”, pelo escocês, músico, compositor e investigador Tom Hamilton. Na mesa estiveram o orador, o presidente da União de Freguesias de Sobreira Formosa e Alvito da Beira, António Antunes Coelho e Rui Mateus.

Em seguida, no dia 30 de Março, ocorreu uma palestra no Museu São Pedro de Alcântara em Penha Garcia com o apoio da respectiva Junta da Freguesia. O tema foi “Dom Gualdim Pais, Mestre Templário e Companheiro de Armas de D. Afonso Henriques” e o orador convidado foi o fundador da “Nova Acrópole”, professor, investigador, filósofo e escritor Eduardo Amarante. Na mesa esteve o orador, o presidente da Junta de Freguesia de Penha Garcia, Raul Rodrigues Antunes, o secretário da Junta de Freguesia, Manuel Morais Serrano, o comendador da Comenda Templária das Idanhas, Mário Pissarra e o presidente da Juventude Monárquica da Real Associação da Beira Interior, Rui Mateus.

Já em Abril, no dia 12, a Real Associação da Beira Interior e a Cooperativa Destarte, organizaram uma conferência subordinada ao tema “João Franco – Retrato de Imprensa”. O evento foi realizado na Biblioteca Municipal



REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO

A Real Associação de Viana do Castelo continua a produzir regularmente a sua revista digital, a Real Gazeta do Alto Minho, tendo publicado, em Novembro de 2018, o nº17 e, em Dezembro, o nº 18, sempre com artigos e entrevistas interessantes, e que agora se acede através da ligação <https://lc-web.pt/realgazeta/>

No seguimento do Circuito Mariano das Terras da Nóbrega, a Real Associa-

ção de Viana do Castelo e a Turinóbrega, organizaram em 10 de Novembro, um novo Roteiro pelo Alto Minho, intitulado “Circuito Românico da Ribeira Lima”, acompanhado pelo Padre António de Magalhães Sant’Ana, num percurso guiado pelo património Românico do Vale do Lima, percorrendo alguns dos edifícios mais emblemáticos dos Concelhos de Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo.

A exemplo de outras Reais Associações, também a RACV mandou celebrar missa de sufrágio, a 1 de Fevereiro, na Sé Catedral de Viana do Castelo, pelas

almas de Sua Majestade El-Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luís Filipe.

A 9 de Março realizou-se a Assembleia Geral da RAVC no Paço de Calheiros, em Ponte de Lima, para apreciação e votação do Relatório e Contas de 2018 e a apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2019.

No Auditório da Junta de S. Victor, em Braga, no dia 16 de Fevereiro, teve lugar uma conferência, organizada pelas Reais Associações de Viana do Castelo e de Braga, que contou com a

presença dos historiadores Armando Malheiro e Pedro Villas-Boas Tavares, docentes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com os temas: “O equívoco monárquico: a Monarquia do Norte e a Revolta de Monsanto” e “Boas e más notícias” de há cem anos, a Norte!

- Reflexões políticas sobre as causas de uma causa chamada a produzir efeitos”.

com uma participação significativa de monárquicos e das forças vivas. Nessa ocasião, o Senhor Dom Duarte, conheceu diversos artesãos que honraram Sua Alteza com ofertas representativas do seu trabalho, numa forte manifestação de apoio à Monarquia Portuguesa.



REAL ASSOCIAÇÃO DA MADEIRA

No âmbito de uma iniciativa da Real Associação da Madeira, S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, deslocou-se à Ilha de Porto Santo a fim de participar das celebrações dos 600 anos da Descoberta da Ilha e para se reunir com os monárquicos de Porto Santo.

No 1º de Novembro, Sua Alteza foi carinhosamente recebido pela população do Porto Santo e pelas autoridades nacionais (Presidente da República), locais e regionais.

De manhã participou da Missa Solene da Comemoração dos 600 Anos e

durante a tarde deslocou-se ao Campo Experimental de Agricultura da Ilha onde ficou a conhecer um pouco mais das actividades do sector agropecuário e da realidade dos agricultores locais.

No dia seguinte, o Senhor Dom Duarte foi orador convidado para a abertura da conferência “600 Anos de Globalização: A Madeira na Expansão Marítima Portuguesa”, com uma intervenção subordinada ao tema “As Comunidades Luso-Descendentes da Ásia e a sua ligação à Diocese do Funchal”.

Logo após a intervenção de Sua Alteza, a Real Associação da Madeira e Porto Santo proporcionou um convívio, “Real Merenda Portossantense”, com os monárquicos da Ilha,

com uma participação significativa de monárquicos e das forças vivas. Nessa ocasião, o Senhor Dom Duarte, conheceu diversos artesãos que honraram Sua Alteza com ofertas representativas do seu trabalho, numa forte manifestação de apoio à Monarquia Portuguesa.

Daqui e Dali

“Não queremos outra liberdade senão a liberdade portuguesa. Mas também não queremos outro Portugal senão o Portugal dos homens livres. E é ao procurar a práxis desta teoria que aclamamos o Rei.”

Henrique Barrilero Ruas

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: A Ordem Militar de Avis revisitada (1515-38). Um alheado entardecer

AUTOR: Manuel Lamas de Mendonça

ALTO PATROCÍNIO: Fundação Dom Manuel II e Causa Monárquica

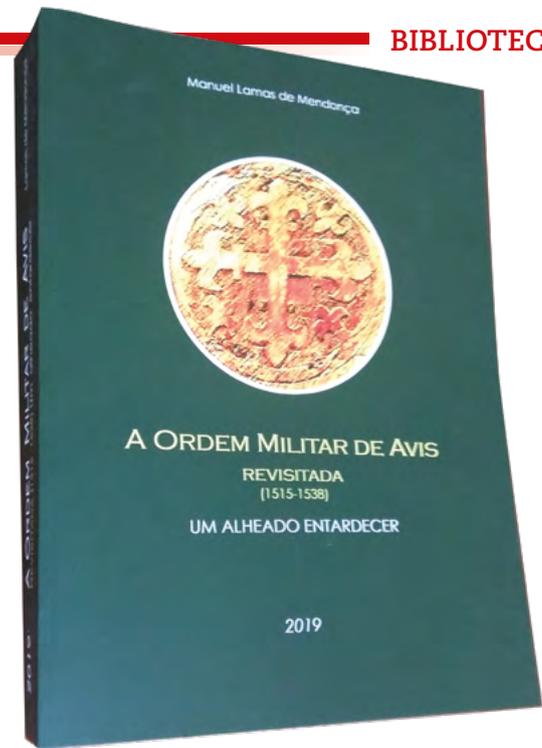
PÁGINAS: 872

PREÇO: 30€

Uma forte dose de portuguesismo

«É dos livros» que às ordens militares medievais se deve a fixação e defesa das fronteiras portuguesas depois da reconquista. Mas já é menos comum saber-se como tudo isso foi ou pôde ser feito ao longo dos primórdios da nacionalidade, mas sobretudo depois que, por maioria de razões, Portugal alcançou protagonismo de vanguarda no comércio intercontinental e na expansão do mundo conhecido pela Europa, tornando a inexpugnabilidade das nossas fronteiras matéria da máxima relevância política e militar. Fachada oceânica duma península no extremo europeu ocidental, à beira da desembocadura do mar Mediterrâneo e exposto às surtidas da pirataria atlântica em voga, o país dependia muito da capacidade operacional dessas agremiações de contingente e logística profundamente alicerçados em privilégios concedidos pela Coroa, o que lhes exigia cuidados de gestão e administração em nada pequenos. Interesses sociais propícios a clivagens e jogos políticos movidos por ambições de poder, pessoais ou familiares, também martelavam a estabilidade da vida quotidiana e a unidade territorial, obrigando a vigilâncias de todo o tipo e a todo o tempo, num caleidoscópio de difícil reconstituição e que só a sagaz interpretação de fabulosas pirâmides de documentos arcaicos tornam possível.

Manuel Lamas de Mendonça fez, portanto, esse trabalho ciclópico de que as 870 páginas deste livro de grande formato e letra muito compactada é apenas a destilação possível de algo muito maior ainda, um esforço que se diria impraticável por um só. Não me parece que a distinção dada por um título académico, por respeitável que ele seja, explique por si uma campanha como esta, que é quase o trabalho de toda uma vida. Tem de haver uma grande dose de portuguesismo — que, lá está, convicção monárquica muito visceral ilumina e tonifica, sem quebras — para que se pesquise, descreva, interprete e comunique factos históricos e minudências institucionais ocorridos há mais de meio milénio, trazendo-os até uma actualidade mediatizada e passiva, para não dizer dramaticamente indiferente às lições que a História dá — fazendo-o, enfim, através dum livro editado a expensas próprias que, dada a sua invulgar dimensão, não podem ter sido pequenas.



Não conheço Manuel Lamas de Mendonça, mas não deixo de ficar impressionado — e grato — com o seu *exemplo* de investigador incansável e devoto, cujo árduo contacto com papéis muito velhos e de difícil legibilidade ou transcrição desafiou a tenacidade de quem tão pacientemente se debruçou sobre eles.

O *querer saber* não tem limites históricos, todo o passado está constantemente a ser criado ou recriado, mas há objectos de estudo mais simplificados que outros; basta a diferença que faz ler fontes manuscritas ou tipográficas, para que se perceba claramente a dimensão do encargo assumido, à vez, por um historiador medieval ou por um historiador da época moderna e contemporânea, etc. Depois, o autor ousou colocar à cabeça do seu livro — a meu ver, muito bem; mas é quase uma originalidade, que seguramente advém do seu carácter — as 21 páginas de fontes e bibliografia consultadas, para nos dizer da forma mais clara e evidente possível que honestamente não começou em *tabula rasa*, antes enquadrou o seu trabalho na moldura científica existente, de parte da qual se reconhece «profundamente devedor». E diz algo que me parece da maior importância: «A história rural, tal como a ensaiaram os mestres que seguimos, não permite que o quotidiano, o sociológico e o espiritual se evaporem, deixando apenas ao leitor um resíduo de economicismo» (do *Resumo*, p. 13).

O livro desdobra-se em duas partes: «Ao encontro da Ordem de Avis, séculos XII-XVI»; e «A Ordem de Avis no século XVI» — e tem como grandes temas capitulares: o processo de fundação; a Ordem no século XVI; a Dinastia de Avis e a Ordem Militar; reestruturação de Avis na antecâmara do mestrado de D. Jorge (1466-91); divisão do mestrado de Avis em duas comarcas; as visitações à Ordem em dois ciclos distintos, 1515-19 e 1538, e respectiva análise comparativa, religiosa, senhorial e patrimonial; e

os Homens da Ordem de Avis: um estudo de caso. E o âmbito geográfico do estudo é o do próprio «coração» (sic) do domínio senhorial da milícia, correspondente a um triângulo alto-alentejano formado pelas bacias hidrográficas de Tejo, Sado e Guadiana, a saber: Alandroal, Mora, Avis, Cabeço de Vide, Alter Pedroso, Sousel, Fronteira, Cano, Figueira, Seda e Galveias (na sequência pelas quais foram introduzidas no presente livro).

A primeira parte é de reconto passo a passo e de comentário historiográfico. Para chegar ao cerne da sua pesquisa, e justificá-la como objecto de estudo, o autor achou necessário recuar muito e desenhar para os seus leitores toda a diacronia institucional da Ordem de Avis desde os nossos primeiros Reis. E esse recuo é tão mais relevante quanto a própria criação em Évora 1174-75 de «uma pequena milícia de cavaleiros» (p. 58), portuguesa e agindo à margem da recentíssima tutela regional da Ordem de Santiago, deixa

ainda hoje dúvidas aos historiadores, porquanto a *respublica christiana* foi «um processo transnacional» e as ordens de cavalaria recebiam legitimação directamente da Santa Sé.

Todavia, a contra-ofensiva almóada a partir de Beja, a complexidade e aflições da guerra, a bem-sucedida resistência ao assalto a Évora em 1180-81 e o «acentuado declínio» da Ordem de Calatrava nos decénios finais do século XII parecem explicar, em camadas justapostas, o progressivo reforço da milícia eborense com meios da Coroa. Ainda assim, a doação régia do castelo de Coruche em 1181 — «importante posição de retaguarda» para um articulado sistema defensivo de *hinterland* — constituiu «um presente envenenado» por se tratar de «uma fortaleza em escombros e um território despovoado e com os campos talados» (p. 63), sem condições, portanto, para garantir equipamento e subsistência diária a agentes castrenses já então solicitados para missões a considerável distância, como o reforço defensivo de Lisboa ameaçada por incursões marítimas, em 1179 e depois, ou a defesa do castelo de Porto de Mós (Leiria), em 1178-80.

Relações tensas e embates militares com Leão também enfraqueciam a capacidade peninsular de barrar com bloco firme o perigo muçulmano, até que a queda de Jerusalém em 1187 estimulou intensas coligações europeias visando rechaçar linhas fronteiriças a sul. Nesse mesmo ano, a milícia eborense recebe, entre outros, os castelos de Alcanede e Juromenha, bem acima da sua área de intervenção habitual, e dois anos depois vai participar no assalto a Silves, onde pratos ríspidos de D. Sancho I com templários e hospitalários acabariam por favorecer os freires do Santo Sepulcro e os de Évora — os quais, todavia, perderiam o seu primeiro mestre, Gonçalo Viegas de Lanhoso, no rescaldo da batalha de Alarcos (1195), onde cavaleiros da milícia lutaram ao lado

do «esmagado» (p. 67) Afonso VIII de Castela, contra tropas do califa Abu Yakub.

Se este foi «o último espasmo» (sic) da ofensiva almóada na península, foi também «o eclipse» da Ordem de Calatrava, à qual os de Évora parece terem mantido fidelidade tácita baseada num vínculo primordial — «uma clara filiação» — que bulas de 1201 e 1214 conservadas na Torre do Tombo (p. 71) atestam e confirmam. Progressivamente a milícia irradiaria além dos muros da cidade e bispado de Évora, acompanhando a territorialidade «retráctil» (p. 77) típica de bastiões de fronteira, com êxodos populacionais forçados por «agricultura incipiente» ou surtos de fome. E foram anos decisivos para separar direito civil e canónico e afirmar quadro jurídico e máquina administrativa capazes de efectiva soberania do Estado sobre o território, que ajudaram a perfilar melhor a missão da Ordem de Avis em zonas de fronteira, e o naipe de doações,

A monarquia constitucional em Portugal e no Brasil não deve ser desvalorizada e interpretada como atavismo [...] Pelo contrário, a sua complexidade, longevidade e flexibilidade funcional merecem atenção renovada por parte dos estudiosos, dentro e fora do mundo luso-brasileiro

benesses, apoio financeiro e logístico que lhe servissem de suporte. O historiador admite que esta teve de «discutir por vezes com a aspereza que a sobrevivência implicava com outros poderes já instalados, ou

em vias de se implantarem, áreas de influência, direitos e rendimentos» (p. 79), mais tarde alargada ao assistencialismo de albergarias e hospitais rudimentares e espartanos porém de bálsamo insubstituível, ou à pastorícia, criação de equídeos, artesanato têxtil, metalurgia, agricultura e afins.

A mudança dos freires de Évora para a sua vila de Avis, em 1211, é um marco cronológico «duplamente simbólico» (p. 87), ainda que a base operacional da milícia na terra que lhe daria o nome demorasse uma década a consolidar-se. Lento povoamento cristão e gradual robustez de fortificações que haviam sido erguidas à pressa por força das circunstâncias favoreciam a concessão de novos domínios senhoriais com capacidade de emitir cartas de foral, coadjuvantes da política régia de reordenamento do território. A chancelaria de D. Sancho II vai fazer emergir as ordens militares «nacionais» face àquelas ditas «internacionais», a do Templo e do Hospital. Santiago mais belicista e Avis mais territorial, ou senhorial, assim se fixará a hierarquia entre as duas milícias e respectivas missões. Em meados do século, Avis desloca o seu centro de influência para a raia — Travancinha e Seda (Beira Alta) e mais tarde outros termos fronteiriços por acordo com os templários castelhanos datado de c. 1259 —, para cumprir um plano de «edificação, melhoramento e manutenção de uma linha de praças-fortes» (p. 98).

Com uma «gradual e sistemática intromissão na vida interna dos freires de Avis» (p. 100), D. Dinis vai apropriar-se da Ordem, fazendo-a instrumento da sua própria política (inclusive peninsular, p. 123), esvaziando-a de autarcia efectiva enquanto a privilegia com reforços patrimoniais, como grande

proprietária fundiária não produtiva, e — até — algum perdão de dívidas ao erário régio (p. 122). Consolidada a reconquista, o ímpeto centralizador do *Lavrador* quis criar uma milícia intra-monarquia que servisse de modelo às demais — uma mudança de paradigma não livre de resistências, é certo, mas que os dois séculos seguintes solidificaram e é toda a origem do longo ciclo de inquirições arquivísticas de Manuel Lamas de Mendonça concentradas no curto período 1515-38.

O autor debruça-se sobre o «ainda não totalmente meditado» (p. 115) tomo dos bens do mestre da Ordem feito em 1364-66, data próxima da pandemia de peste negra e pouco anterior à entrada de membros da família real nas altas esferas de governança da milícia, o que ajudou a torná-la auxiliar da Ordem de Cristo, criada em 1319. Quando foi indigitado Mestre de Avis — um «cavalo de Tróia», p. 145 — em plena crise da Ordem, «economicamente fragilizada, financeiramente exausta, militarmente depauperada [“equipamentos arcaizantes”, p. 128], muito possivelmente com efectivos reduzidos pelos sucessivos surtos de pestilência» (p. 125), o bastardo régio D. João tinha apenas 7 anos. O inventário patrimonial cruza sagrado com profano, certa ostentação com escassez rústica, num «cenário relativamente requintado» de adereços e objectos de quotidiano, religiosos, castrenses e senhoriais, mas é escassa a informação fiável sobre equipamento militar (precisamente aquela que seria mais distintiva). Lamas de Mendonça também manifesta perplexidade — ou desencanto — perante a impossibilidade de avaliar capazmente a acuidade bélica dos de Avis, não mais do que 70 cavaleiros «efectivamente mobilizáveis» (p. 131) e um número incerto de outros combatentes servidos por três depósitos de armaria, ou qual a modernidade, ou o arcaísmo, dos seus diferentes aparatos de protecção física em campo de batalha.

Seria Avis apenas uma «potência regional», «uma vigilância fronteiriça» (p. 143) para «aferrolhar os itinerários de invasão pelo Alto Alentejo» (p. 136),

por não ter saído ultramarinamente, como fizera a de Cristo? E como poderia ela, seus «comendadores e cavaleiros em particular» (p. 152), manter-se alheada de questões e escolhas que agitavam a sociedade envolvente ao longo dos anos e sem dissensões internas de alguma gravidade até, ou resistir a «fissuras no seio da hierarquia da Ordem» que debilitassem o apoio do seu Mestre, sobretudo na crise de 1383-85? Uma ideia prevalece, com campainha sonante para a nossa actualidade: D. João I «praticamente não recrutou de entre os membros da Ordem de Avis quaisquer dos quadros, civis, eclesiásticos ou militares sobre os quais assentaria o seu aparelho de Estado. [...] A “nova ordem” da dinastia de Avis, salvaguardados raros casos de fidelidade e confiança pessoais, pouco ficava a dever, em concreto, à Ordem de Avis, a não ser ter-lhe cedido o seu Mestre para reinar!» (p. 167).

Focando-se no período 1515-38, Lamas de Mendonça chama aos domínios da Ordem de Avis «uma verdadeira ultraperiferia» face ao «olho do furação» do conflito Reforma *versus* Contra-Reforma que criou na Europa «fronteiras não já físicas, ou apenas políticas, mas sobretudo marcadas por diferentes entendimentos do humano e do divino» (p. 599). A «rústica placidez» que envolvia as comendas e a «teia de interdependências familiares que subjugava comendadores e priores à autoridade do Mestre D. Jorge» garantiam normalização e consolidação no plano espiritual. Os relatos dos visitantes denunciam faltas pragmáticas e omissões cerimoniais, taxando-as com penalizações de vária ordem, enquanto o movimento da expansão ultramarina esvaziava ainda mais o interior do país, dificultando à Ordem de Avis a manutenção dum quadro humano consistente em localidades isoladas e «sem horizontes de carreira» (p. 604). É, pois, a este «sistema com pouca margem de manobra e em plena desorientação», e à dupla condição de «ter perdido por completo qualquer veleidade castrense» e «reduzida à situação de senhorio rentista mediocremente administrado» (p. 612) que o autor atribui o designativo em título de livro, «Um alheado entardecer» — algo que, convenhamos, a própria geografia aprovaria com parcimoniosa distinção...

• VASCO ROSA

30 REAL ASSOCIAÇÃO
DE LISBOA
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI



Para assinalar o 30º aniversário da sua fundação, a Real Associação de Lisboa mandou emitir um elegante selo dos CTT, em edição limitada, que estará brevemente disponível para aquisição na sede da Praça Luís de Camões ou através do sítio reallisboa.pt.

Daqui e Dali

“Actualmente na Europa existe uma justa preocupação com o desenvolvimento de uma sociedade sem valores comuns. Tenho sempre afirmado que o problema não reside na coexistência de várias culturas, etnias e religiões numa mesma nação, mas sim na falta de uma comunidade de valores por todas aceite.”

Dom Duarte Pio, Mensagem de 1º Dezembro de 2018

Duque de Bragança visita comunidades portuguesas de Ceilão poucos dias antes dos atentados terroristas

No começo de Março, o Senhor Dom Duarte visitou algumas comunidades de origem portuguesa no Sri Lanka, antigo Ceilão, onde mais de oito mil pessoas descendem de portugueses que se estabeleceram nesse país entre 1505 a 1658, quando os reinos locais aceitaram um estatuto de protectorado português.

Quando os holandeses ocuparam Ceilão passaram a perseguir os católicos, cujo número já ultrapassava muito os que eram descendentes de portugueses. Os luso-descendentes eram conhecidos pelos holandeses com o nome de Burghers. Mais tarde, Ceilão fez parte do dote de D. Catarina de Bragança no seu casamento com Carlos II de Inglaterra. Os ingleses expulsaram os holandeses e deram liberdade de culto aos católicos, conforme ficou estabelecido no acordo pré-nupcial.

Durante as perseguições holandesas, um sacerdote português de família goesa deu grande assistência espiritual aos católicos perseguidos. São José Vaz, que foi recentemente canonizado pelo Papa Francisco, correu risco de vida ao viver durante anos disfarçado de mendigo para dar assistência espiritual aos católicos.

Durante a sua visita, o Senhor Dom Duarte foi acompanhado pelo Sr. Earl Barthelot, dirigente de um grupo cultural de Burghers Portugueses e de um grupo de música e danças tradicionais dessa comunidade. Visitou as várias igrejas ligadas à comunidade na região de Batticaloa bem como a associação fundada pela AMI sob iniciativa do Dr. Fernando Nobre.

Uma estátua de Nossa Senhora de Fátima foi oferecida à Paróquia de Valaichenai pela Fundação Dom Manuel II, a pedido da comunidade local, e essa imagem irá peregrinar por outras igrejas na região. A bomba colocada nesta igreja aquando dos ataques terroristas no Domingo da Ressurreição feliz-

mente não explodiu. No entanto, numerosos membros da comunidade portuguesa morreram devido às outras explosões.

A viagem incluiu também uma visita ao Cardeal de Colombo, Sua Eminência Malcolm Ranjith, também descendente de portugueses, com quem foi abordada a cooperação com a Fundação Dom Manuel II e com as Ordens dinásticas da Casa Real Portuguesa.

Foi também visitada a cidade de Galle, onde o bairro português, por se encontrar protegido pelas antigas muralhas portuguesas, não foi atingido pelo tsunami de há alguns anos.

Esta viagem ao Oriente começou com uma visita à Nova Zelândia e a Timor.



Em Timor tiveram lugar encontros com várias personalidades incluindo o primeiro-ministro, General Taur Matan Ruak, e o Dr. José Ramos Horta, que tem apoiado iniciativas da Fundação Dom Manuel II. A Sra. Dra. Isabel Costa Ferreira, mulher do primeiro-ministro e o célebre Padre Jesuíta João Felgueiras reuniram-se com o Senhor Dom Duarte para concretizar um programa de cooperação.

Durante os dias passados na cidade de Baucau e sua região, foi assinado o protocolo da criação de um centro de formação de professores de português estando também a ser estudada a criação de uma escola para formação de técnicos agrícolas.

Daqui e Dali

“Se a política portuguesa hoje não é compreensível na sua plenitude sem que se tenha em conta a participação de Portugal na União Europeia, a europeização da política nacional recomenda que a Chefia do Estado seja confiada a quem possa exercê-la em liberdade.

O nosso Rei é livre.”

João Vacas, 18 de Outubro 2018 no Blog da Real Associação de Lisboa



Já de regresso a Portugal, no dia 15 de Março, a Fundação Dom Manuel II, em colaboração com o Ministério da Cultura e a Fundação Oureana, promoveu, no Convento de Cristo em Tomar, a celebração dos 700 anos da Ordem de Cristo, incluindo uma visita guiada e um dia de conferências, cujo programa terá continuidade.

No dia 6 de Abril, teve lugar a cerimónia da reabertura oficial e a apresentação das obras de requalificação,

acessibilidade e inclusão do Castelo de Porto de Mós, uma cerimónia que contou com a presença do Senhor Dom Duarte de Bragança. A abertura oficial da “Sala D. Afonso, IV Conde de Ourém” e a apresentação da exposição permanente “D. Afonso, IV Conde de Ourém, Vulto Ilustre da História de Porto de Mós” ficou a cargo da Fundação Dom Manuel II e da Fundação Histórico-Cultural Oureana. Este evento contou com o Alto Patrocínio do Governo de Portugal e da DGPC.

Duque de Bragança recebe Condecoração do Corpo Nacional da Polícia Espanhola

O trabalho do presidente da Fundação D. Manuel II em prol da Paz e da defesa dos valores morais na sociedade foi reconhecido pelo Corpo Nacional da Polícia Espanhola, com uma condecoração entregue ao Senhor Dom Duarte, na qual está inscrito:

*“Ao Chefe da Casa Real de Portugal
Dom Duarte de Orléans e Bragança
Em reconhecimento pelo seu nobre proceder
para com a Polícia Nacional Espanhola
Cuerpo Nacional de Policia”.*



BOHEMIA

**JUNTA-TE
à MESA**



SEJA RESPONSÁVEL. BEBA COM MODERAÇÃO.